

Consultoria
Documento Resume
Análise da implementação das políticas indígenas no Estado do Acre

Encomendado por
UICN / WWF/GTA

Consultor
Carlos Macedo

São Paulo, Maio de 2008

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1. SITUAÇÃO FUNDIÁRIA	4
1.1 Terras Indígenas em identificação	4
1.2 Terras Indígenas a identificar	5
1.3 Novas demandas territoriais, “sem providências”	5
1.4 Revisão de limites de Terras Indígenas	5
1.5 O mosaico contínuo de áreas protegidas	5
1.6 Sobreposição TIs e UCs	5
1.7 Corredor de Terras Indígenas ocupadas e utilizadas pelos "isolados"	6
1.8 Cenários e Recomendações	6
LEGISLAÇÃO E PRINCIPAIS PROGRAMAS	6
2. LEGISLAÇÃO	6
3. PRINCIPAIS PROGRAMAS	6
3.1 Políticas Públicas Estaduais para os Povos Indígenas	7
3.1.1 Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas (SEPI)	7
3.1.2 Etnomapeamento e Etnozoneamento em Terras Indígenas	8
3.1.3 Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre	8
3.1.3.1 Fase I – Diagnóstico	8
3.1.3.2 Fase II - Elaboração do mapa de gestão territorial	9
3.1.3.3 Situação das TIs no Estado do Acre	9
3.1.4 Planos de Sustentação e o Projeto do BNDES	9
3.1.4.1 Instrumentalização de Organizações de Apoio e Comunidades Indígenas	10
3.1.4.2 Breves considerações sobre o Projeto do BNDES e sua segunda fase	10
3.1.4.3 Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas	12
3.1.5 Ações de Apoio as Populações Indígenas - SEMA e IMAC	14
3.1.5.1 Histórico do Componente Indígena do EIA-RIMA da BR-364	14
3.1.5.2 Abrangência das Ações	14
3.1.5.3 Revisão do Componente Indígena do EIA-RIMA	14
3.1.5.4 Conclusões Preliminares	15
3.1.6 Projeto de Apoio às Ações de Gestão Ambiental em TIs	16
3.1.7 Programa Estadual de Extensão Agroflorestal	16
3.1.7.1 Produtos Florestais Não-Madeireiros	17
3.1.8 Considerações Finais	18
3.2 Principais Programas Federais	19
3.2.1 Comissão Nacional de Política Indigenista - CNPI	19
3.2.2 Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas – PDPI	19
3.2.2.1 Demarcação e sustentabilidade	20
3.2.2.2 Os recursos	20
3.2.2.3 Projetos no Acre	20
3.2.2.4 Conclusões	21
3.2.3 Carteira Indígena	21
3.2.4 Ministério da Educação e Secretaria Estadual de Educação	23
3.2.4.1 Escolas Indígenas no Brasil - período 2003 / 2006	23
3.2.4.2 Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação	23
3.2.4.3 As modalidades de ensino oferecidas pela GEEI	24

3.2.4.4	A rede física de Escolas Indígenas	24
3.2.4.5	A evolução do atendimento por etnia e das matrículas no período 1999/2006	24
3.2.4.6	Dados e indicadores sobre a Educação Escolar Indígena no Acre	25
3.2.4.7	Principais Desafios	25
3.2.4.8	Valor destinado e conteúdo da merenda escolar	25
3.2.5	Plano Distrital de Saúde	25
3.2.5.1	Pólos-Base	26
3.2.5.2	Agentes Indígenas de Saúde	26
3.2.5.3	Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI	26
3.2.5.4	Casa de atenção a Saúde Indígena – Casai	26
3.2.5.5	Principais Recomendações	27
3.3	Programa Nacional do Patrimônio Imaterial	28
3.3.1	Objetivos	28
3.3.2	Diretrizes da política de fomento do PNPI	28
3.3.3	Linhas de Ação	28
3.3.4	Outros instrumentos da política de preservação do patrimônio cultural imaterial brasileiro	28
3.3.5	Conclusões e Recomendações	29
4.	O MOVIMENTO INDÍGENA E A INTELOCUÇÃO COM O GOVERNO	29
4.1	Organização Regional	29
4.2	As associações pioneiras	29
4.3	Organizações nas regiões	30
4.4	Novas associações (1998-2005)	30
5.	PROGRAMA PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS (PLANO PLURIANUAL 2008-2011)	30
5.1	Objetivo	30
5.2	Justificativa	30
5.3	Problema	31
5.4	Objetivo Setorial	31
5.5	Objetivos de Governo	31
5.6	Estratégia de Implementação	31
6.	CONCLUSÃO	31

INTRODUÇÃO

O Estado do Acre faz fronteira com os estados do Amazonas e Rondônia, e com os países do Peru e da Bolívia. Tem uma superfície de 164.221 Km², o correspondente aproximadamente a 3,2% da Amazônia brasileira e 1,8% do território nacional.

No que diz respeito a sua população o Acre, nos últimos trinta anos apresentou um crescimento populacional que elevou o número de seus habitantes de 215.000 para aproximadamente 550.000 e, deste contingente cerca de 17.000 são indígenas, representando pouco mais de 3% da população do estado. A população indígena no Acre está distribuída em 14 etnias pertencentes a três famílias lingüísticas: Pano, Aruak e Arawá que sobreviveram ao contato com os colonizadores. Os Povos Indígenas no Acre são: Arara-Apolima; Arara Shawanawá; Ashaninka; Kantanawa; Katukina Pano; Kaxinawá; Kulina; Manchineri; Nawa; Nukini; Poyanawa; Shanenawa; Yaminawá; Yawanawá; Isolados.

Afora as etnias sobreviventes, há no Acre, o maior número de indígenas arredios, que nunca tiveram qualquer contato e dos quais não se conhece, sequer, as famílias lingüísticas a que pertencem. Apesar da diversidade de etnias que sobreviveram ao massacre perpetrado pelas frentes extrativistas de caucheiros peruanos e seringalistas brasileiros, o poder público municipal, estadual e federal, ao longo destes anos, não deu o devido apoio aos grupos remanescentes deste etnocídio (Fonte: Manoel Estébio Cavalcante da Cunha, Secretaria de Educação do Estado do Acre)

1. SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

Tabela 1: Resumo da Situação das Terras Indígenas no Acre

Situação jurídica	Qtde.	%	Extensão (ha)	%
Regularizada	24	70,6	1.913.021	79,19
Homologada	02	5,8	230.190	9,53
Identificada	01	2,9	260.970	10,80
Em identificação	04	11,9		
A identificar	04	5,9		
Terra dominial	01	2,9	11.463	0,48
Totais	36	100	2.415.644	100

(Fonte: Povos e Terras Indígenas no Estado do Acre – Texto Subsídio ao Eixo da Sócio-Economia do ZEE-Fase II, Marcelo Piedrafito Iglesias, Terri Valle de Aquino - Acre 2006).

1.1 Terras Indígenas (TI) em identificação

Quatro Terras Indígenas encontram-se hoje "em identificação", etapa inicial de seus processos de regularização. Novos GTs estão em pauta para as TIs Kaxinawá e Manchineri. A definição da TI Nawa depende de entendimentos que tramitam na Justiça Federal. E a TI Arara do Rio Amônia é objeto de acirrada contestação, que ainda poderá resultar na readequação dos limites propostos em seu relatório de identificação. Três dessas terras - Arara do Rio Amônia, Nawa e Kaxinawá do Seringal Currálinho - apresentam sobreposições com Unidades de Conservação, já criadas ou previstas, e com um projeto de assentamento do Incra.

1.2 Terras Indígenas a identificar

Em 2001, a Funai reuniu informações disponíveis sobre as áreas que constavam como *a identificar* e *a definir* na listagem geral de TIs Indígenas da Funai no Acre. Mesmo ressaltando, o alto índice de TIs já regularizadas ou com processos de regularização, foi recomendado, a identificação de diversas áreas de ocupação indígena ainda não regularizadas (Manchineri do Seringal Guanabara, Jaminawa do Guajará, Jaminawa da Asa Branca, Jaminawa do Rio Caeté, Nawa, Kaxinawá do Seringal Currálinho e Xinane), bem como a revisão de limites de outras terras já regularizadas (Mamoadate, Nukini e Jaminawa-Arara do Rio Bagé). Duas novas Terras Indígenas, destinadas ao povo Jaminawa, uma no rio Caeté e outra no rio Iaco (Guajará), foram incluídas para identificação

1.3 Novas demandas territoriais, “sem providências”

Três novas demandas territoriais, ainda não reconhecidas nas listagens de terras a identificar ou a definir, surgiram nos últimos anos. Em Marechal Thaumaturgo, na Resex Alto Juruá, os Milton, tem pleiteado seu reconhecimento como grupo étnico e a identificação de uma Terra Indígena incidente nos limites daquela reserva.

1.4 Revisão de limites de Terras Indígenas

A revisão de limite de TIs vem sido fundamentadas com a justificativa que essas demarcações basearam-se em estudos de identificação promovidos a partir de final dos anos 1970, num contexto em que as extensões então delimitadas acabaram condicionadas por pressões de empresas "paulistas" e donos de seringais. Essas demandas territoriais surgiram pelo vigoroso crescimento demográfico dos povos indígenas, bem como pelo asfaltamento das BRs, pela revisão dos componentes indígenas dos respectivos Estudos de Impacto Ambiental e a negociação de planos de mitigação e compensação pelos prejuízos ambientais, sociais e culturais resultantes da pavimentação das estradas. Dentre essas demandas, constam a revisão de limites das TIs Rio Gregório, Nukini, Igarapé do Caucho, Katukina/Kaxinawá, Campinas/Katukina, Mamoadate e Kaxinawá do Rio Humaitá e Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu e Poyanawa.

1.5 O mosaico contínuo de áreas protegidas

Em decorrência de mobilizações políticas protagonizadas nos últimos anos pelos indígenas e por populações extrativistas, ações de regularização fundiária promovidas por diferentes órgãos do governo resultaram na configuração, no Acre, de um mosaico contínuo de 43 terras, reservadas com distintas finalidades. Distribuído em 17 dos 22 municípios, o mosaico abrange mais de 7,9 milhões de ha contínuos de florestas, que correspondem a 48,5% da extensão atual do Estado. Habitam aí cerca de 30 mil pessoas, ou 5% da população acreana. Situado em uma das áreas de maior diversidade biológica e sociocultural da Amazônia, esse mosaico é composto por 27 Terras Indígenas, 14 Unidades de Conservação e dois projetos de assentamento extrativista (*Fonte: Povos e Terras Indígenas no Estado do Acre – Texto Subsídio ao Eixo da Sócio-Economia do ZEE-Fase II, Marcelo Piedrafitia Iglesias, Terri Valle de Aquino - Acre 2006*).

O mosaico está distribuído na maior parte da fronteira sul do Estado do Acre e em todo o seu limite ocidental, ao longo da fronteira Brasil-Peru. Está inserido na "faixa de fronteira" e integra o "Corredor Ecológico Oeste-Amazônico", no âmbito do Projeto "Corredores Ecológicos" do PPG7.

Nessa fronteira internacional, faz limite com uma "reserva de estado" (de Madre de Dios) e a Reserva Territorial Murunahua, destinadas a povos indígenas "isolados" com, a Reserva Comunal Purus, com o Parque Nacional Alto Purus e a Zona Reservada Sierra del Divisor, uma extensão agregada de pouco mais de 5,5 milhões de ha, que divide os territórios de 12 "comunidades nativas".

1.6 Sobreposição Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação (UCs)

Deixando de lado o aspecto formal das normas legais, e considerando os processos administrativos e políticos que resultaram na gradual configuração do mosaico, um conjunto atual de sobreposições, entre TIs e UCs, deve ser levado em conta ao tentar calcular o seu "real tamanho". É no Alto Juruá onde, nos últimos anos, se constituíram as principais sobreposições, resultando no surgimento de conflitos territoriais, socioambientais e inter-étnicos, ainda hoje em curso.

A continuidade dos processos de regularização de TIs e UCs que integram esse mosaico contínuo de áreas protegidas, por meio de ações articuladas de diferentes órgãos dos governos federal e estadual, é hoje de fundamental importância para o reconhecimento dos direitos territoriais tanto de povos indígenas como das populações de seringueiros e agricultores. Sem essas ações, poderão continuar a ocorrer, ou se agravar, significativos conflitos territoriais hoje em curso no Alto Juruá, região onde está situada a maioria das TIs e UCs já reconhecidas no Estado.

1.7 Corredor de Terras Indígenas ocupadas e utilizadas pelos "isolados"

No Acre, ao longo da fronteira internacional Brasil-Peru, nove Terras Indígenas e um Parque Estadual, com extensão agregada de pouco mais de 2 milhões de hectares, constituem territórios de moradia permanente e/ou de usufruto de grupos indígenas "isolados". A Funai estima a população, que aí habita de forma estável, entre 600 e 1.000 índios.

1.8 Cenários e Recomendações

Difícilmente pode se pensar que os indígenas "isolados" estejam em uma situação de isolamento, mesmo no Acre, onde a situação é melhor que do lado peruano, como resultado da regularização de Terras Indígenas. Se durante quase um século, os "isolados" estiveram ameaçados pelas "correrias" promovidas pelos patrões dos seringais, atualmente, as principais ameaças à sua sobrevivência derivam de políticas públicas e processos econômicos favorecidos pelo governo peruano, na forma de obras de infra-estrutura e de concessões madeireiras e petrolíferas, bem como de diferentes atividades ilegais (madeira e o tráfico internacional de droga).

A proteção dos indígenas "isolados" e de seus territórios, o efetivo controle sobre as reservas territoriais e as UCs a elas sobrepostas, o enquadramento legal das atividades de extração feitas em áreas de concessão florestal e nas florestas das "comunidades nativas", a definitiva interrupção das ações ilegais dos madeireiros, a definição de estudos de impacto ambiental e o estabelecimento de salvaguardas eficazes em relação às atividades das petroleiras e à abertura de estradas binacionais, são hoje prioridades cada vez mais prementes, e atribuições que cabem ao governo peruano.

Faz-se necessário, por outro lado, a atuação articulada dos governos de ambos os países, para assegurar a integridade dos povos "isolados", de seus territórios, bem como da biodiversidade e dos recursos hídricos. A participação dos indígenas, conforme prevê a Convenção 169 da OIT, dos moradores das UCs, da sociedade civil de ambos países deve ser garantida e apoiada, na definição e monitoramento das políticas públicas. Políticas que efetivamente apoiem a gestão das TIs, das UCs e dos recursos hídricos devem ser priorizadas, de maneira a favorecer a proteção das florestas que compõem o mosaico de áreas reservadas na fronteira Brasil-Peru, e melhorar as condições de vida das populações humanas, dentre as quais, a dos povos indígenas "isolados".

Um conjunto de outras recomendações ao Estado do Acre, cuja implementação só poderá acontecer por meio de ações articuladas pelos governos federal e estadual, são referentes a redefinição dos limites da Flona Santa Rosa do Purus que se sobrepõe com terras de isolados (Madijá e Ashaninka) e a situação do PE Chandless, tradicional moradia sazonal dos povos Masko, que se encontra em processo para a criação de uma UC.

LEGISLAÇÃO E PRINCIPAIS PROGRAMAS

2. LEGISLAÇÃO

No âmbito jurídico do Estado brasileiro foram identificados na legislação leis e normas correlatas, vinculadas aos povos indígenas no Brasil e por extensão vinculadas ao Acre, referentes à Cidadania, Governo, Regularização Fundiária, Apoio Produtivo, Saúde, Educação, Assistência Social, etc.

O conteúdo dessa legislação encontra-se na Constituição da República Federativa do Brasil, em quatorze decretos, vinte e quatro portarias, uma medida provisória e dez resoluções do Poder Executivo vinculadas aos Povos Indígenas.

3. PRINCIPAIS PROGRAMAS

Dos vinte e três programas e linhas de ação identificados, oito são coordenados pelo Governo do Estado do Acre, em sua maioria com recursos do Governo Federal e da Cooperação Internacional. Os outros quinze programas e linhas de ação são coordenados diretamente pelo Governo Federal.

3.1 Políticas Públicas Estaduais para os Povos Indígenas

Em 1999, o governo petista estadual assumiu com um discurso de estabelecer o diálogo com os povos indígenas e incorporar suas demandas às políticas públicas para conciliar o desenvolvimento do estado. Os primeiros meses do autodenominado “Governo da Floresta” foram pouco frutíferos nessa direção. A instância mais duradoura de diálogo entre o governo e os povos indígenas teve início 1999 durante audiência pública convocada pelo Imac, atendendo à demanda dos Katukina da TI Campinas, para discutir a revisão do componente indígena do EIA-Rima da BR-364 e depois em 2001 uma revisão do EIA-Rima da BR-317, estava então em conclusão.

Para além de ações nas TIs consideradas impactadas pela pavimentação das BRs, uma demanda principal das organizações indígenas foi a execução de políticas públicas que beneficiassem todos os povos indígenas. Resgatando proposta formulada nas eleições de 1998, o movimento indígena demandou, a criação de uma secretaria para tratar as questões indígenas.

3.1.1 Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas (Sepi)

A Sepi foi criada em 2002, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Humano e Inclusão Social. Por meio da Lei Ordinária Nº 1.492, foi criado o Conselho Estadual Indígena (CEI). Com caráter consultivo e deliberativo, o CEI é formado por representantes de quatro órgãos estaduais, três órgãos federais, três organizações indigenistas e dez organizações indígenas e outros dois representantes de povos indígenas (um do rio Purus e outro do rio Iaco).

Para o funcionamento do CEI, também foi criado o Fundo de Preservação e Desenvolvimento dos Povos Indígenas do Acre (FPDIAC). Os recursos do Fundo poderiam advir, dentre outras fontes, de receita líquida mensal proveniente do ICMS, de convênios firmados com órgãos oficiais nacionais e estrangeiras etc.

A Sepi concebida como instância de planejamento, coordenação e acompanhamento, procurou avançar na articulação das políticas públicas dispersas nas secretarias estaduais, de maneira a atender a particularidade das situações das comunidades, tentando romper com a "padronização" que marcou várias das atividades do Projeto do BNDES.

Boa parte dos esforços da Sepi em 2004 esteve direcionada para a organização do IV Encontro de Culturas Indígenas. Realizado em abril, o Encontro constituiu um importante momento de mobilização política e cultural, que contou com cerca de trezentas lideranças indígenas. Importantes reuniões aconteceram em 2004 visando delinear estratégias para viabilizar o efetivo funcionamento do CEI e do FPDIAC.

No segundo semestre de 2004, a Sepi teve importante papel na mediação das questões relacionadas com a destituição da Coordenação da UNI. A partir de então, a Sepi constitui importante respaldo à Coordenação Provisória da UNI contribuindo com o diálogo com o Gabinete do Governador.

Em 2005 consolidou-se o processo de crescente autonomia da Sepi. O planejamento para esse ano dava prioridade a extenso roteiro de viagens, a todas as Terras Indígenas, visando levantar demandas. Era intenção da Sepi avançar no processo de articulação com outras secretarias, órgãos federais, organizações indígenas e indigenistas para implementar projetos e coordenar e acompanhar as ações nas Terras Indígenas (saúde, educação, cultura, produção e meio ambiente).

Desde 2006 a Sepi se torna Assessoria Especial para os Povos Indígenas e tem a missão de estabelecer uma ligação direta dos assuntos indígenas com o gabinete do Governador.

Avaliação

A Sepi teve até 2006 a centralização e a coordenação de grandes projetos do governo estadual em parceria com o Governo Federal. A estrutura era muito volumosa tanto em funcionários como em responsabilidades. A partir de sua transformação em Assessoria Especial para Povos Indígenas assumiu um papel mais de interlocutor entre as demandas indígenas e o gabinete do governador, representando formalmente a figura do Governador em situações de crise e conflitos.

A presente pesquisa acusa a necessidade de que a Assessoria Especial para Povos Indígenas do Acre, seja mais ativa, propositiva principalmente na ativação de projetos e programas que ainda estão no papel ou tem dificuldades na sua implementação (exemplos: o CEI e o FPDIAC).

3.1.2 Etnomapeamento e Etnozoneamento em Terras Indígenas

No texto do componente indígena que resultou do ZEE - Fase I recomendou-se:

"O Governo deve propiciar condições para que os povos indígenas elaborem e implementem zoneamentos socioambientais participativos de suas terras, a partir de diagnósticos das formas, individuais e coletivas, de uso dos recursos naturais e de novas potencialidades identificadas neste processo..." (Iglesias & Aquino, 1999).

Em 2004, a CPI-Acre deu início a um programa, que visa promover ações de "etnomapeamento" em 8 Terras Indígenas situadas no entorno do PNSD e na fronteira Brasil-Peru.

Em 2004, o Imac criou a Gerência de Etnozoneamento, atrelada à coordenação do ZEE. Apesar de semelhanças na metodologia e nos produtos cartográficos do Imac e da CPI-Acre, há diferenças significativas entre ambas iniciativas. A CPI-Acre optou, desde o início, por realizar duas oficinas em cada TI. Entre elas, as informações inicialmente levantadas foram sistematizadas em mapas preliminares, objetos de discussão e aprimoramento na segunda oficina.

No âmbito do "Projeto Gestão Ambiental em Terras Indígenas", a SECTMA, em 2001, canalizou recursos para que os agentes agroflorestais das três terras Kaxinawá do rio Jordão, com apoio da ASKARJ, CPI-Acre e AER-RBR, promovessem a autodemarcação da TI Kaxinawá do Seringal Independência. Por meio dessa iniciativa, o governo abriu uma alternativa concreta para a regularização desses seringais enquanto "terra reservada", homologada em 2002.

Este conjunto de ações apoiado pelo Governo Estadual para a garantia dos limites dessas três TIs foi pontual, mesmo se levado em conta apenas o conjunto de terras consideradas "diretamente" impactadas pelo asfaltamento das BRs, principal foco da ação do governo desde 2000. O Projeto BNDES, por exemplo, previa "cursos de vigilância e fiscalização" em seis dessas terras, contando com suporte da Funai e do Ibama: apenas um curso acabou sendo realizado na TI Campinas/Katukina. Iniciativas neste sentido, respaldadas pelo Governo Estadual e focadas em assuntos relativos aos impactos da pavimentação das rodovias e às relações com os moradores do entorno, continuam a ser desejáveis em outras terras. O apoio financeiro à remuneração e à capacitação dos AAFIs, principal contribuição do governo estadual à gestão e à vigilância das TIs desde 2002, deve prosseguir como prioridade.

Considerações

A definição pelo Governo Estadual de uma "agenda prioritária" para apresentação ao MJ e à Funai não deve implicar em relegar outros processos de regularização de Terras Indígenas ainda pendentes. A agenda prioritária definida pelo Governo Estadual constitui, portanto, um primeiro passo relevante, no sentido de propor um leque articulado de ações visando construir alternativas para avançar a regularização de TIs e facilitar a resolução de vários conflitos fundiários. A formalização dessa agenda junto ao Governo Federal, e sua efetiva implementação, faz parte dos principais desafios para a sustentabilidade dos programas governamentais na região. (Meio Ambiente e Recursos Naturais/Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre – Fase II - Marcelo Piedrafita Iglesias – Terri Valle de Aquino – Rio Branco /AC 2006)

3.1.3 Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre

3.1.3.1 Fase I – Diagnóstico (1990-2000)

A primeira fase do ZEE/AC compreendeu a elaboração de um diagnóstico abrangendo a extensão total do Estado, com a elaboração de produtos cartográficos básicos. O ZEE-Fase I constituiu-se num referencial importante do Projeto de Desenvolvimento do Governo da Floresta, das iniciativas da sociedade civil e do setor privado. Como resultado dos indicativos do ZEE, foi-se definindo, de um lado, uma nova tendência de ocupação do espaço, principalmente na institucionalização de

Unidades de Proteção Integral, de Terras Indígenas, de Reservas Extrativistas e de Florestas Nacionais e Estaduais. De outro, constituindo-se uma pauta de investimentos da economia do Estado, articulada pelo governo, para a realização de negócios florestais sustentáveis, projetos de manejo florestal comunitário e empresarial e iniciativas de agropecuária sustentável. (Fonte: ACRE ZEE- Fase I – ZEE Documento Sínteses – Rio Branco – Acre 2006).

3.1.3.2 Fase II - Elaboração do mapa de gestão territorial

O ZEE - Fase II expressa uma visão estratégica do governo e da sociedade no planejamento regional e gestão do território acreano e contou com a participação de diversos órgãos públicos e organizações representativas da sociedade civil. Como principal resultado da segunda fase do ZEE foi definido um Mapa de Gestão Territorial do Acre, construído a partir do cruzamento dos eixos Recursos Naturais, Sócio-Economia e Cultural-Político, que contaram com um conjunto de estudos de diagnóstico e prognóstico, com um caráter de atualização e complementação da primeira fase. A participação da sociedade foi um aspecto fundamental a ser considerado no processo de tomada de decisões sobre o uso do território, e as estratégias participativas foram fruto do conhecimento acumulado desde o ano de 2000, quando o governo do Estado elaborou o ZEE/AC Fase I (Fonte: ACRE Zoneamento Ecológico-Econômico- Fase II – ZEE Documento Sínteses – Rio Branco – Acre 2006).

3.1.3.3 Situação das Terras Indígenas no Estado do Acre

Houve um avanço considerável no reconhecimento das TIs em relação à situação em 1999, no ZEE Fase I, quando 28 terras estavam reconhecidas, com extensão de 2.167.146 hectares, ou 14,2% do Estado. Hoje temos 36 terras reconhecidas com uma extensão de 2.415.644 hectares.

O avanço na regularização de TIs no Acre é resultado direto das ações resultantes de dois programas. O primeiro, no período de 1985-1987, foi o Plano de Ação Provisório do PMACI, financiado pelo BID e o governo federal. O segundo, a partir de 1997, tem sido o PPTAL, custeado com recursos da Alemanha e do Banco Mundial e da contrapartida do governo brasileiro. No Acre, o PPTAL pôs fim a uma situação de quase total paralisia na regularização das TIs,.

3.1.4 Planos de Sustentação e o Projeto do BNDES

O Projeto esteve organizado em torno de duas linhas de ação: "Infra-Estrutura de Suporte" e "Programa Sustentável". A linha "Infra-Estrutura de Suporte" contou com duas atividades principais: "Desenvolver infra-estrutura em TIs" e "Edificar sede de organizações indígenas". O "Programa Sustentável" continha como primeira atividade "Executar Plano de Sustentação em TIs" e, como segunda, "Instrumentalizar comunidades indígenas e organizações de apoio", dotando-as com equipamentos para o desenvolvimento das atividades do projeto (SECTMA, 2002). As audiências públicas para a discussão preliminar dos planos de sustentação relativos às Terras Indígenas situadas nas áreas de influência direta das BRs apenas em parte acabaram por contribuir para a formatação final do Plano de Sustentação incluído no Projeto.

Nas audiências com as lideranças das TIs da BR-364, em 2001, os respectivos planos ainda não estavam fechados em definitivo. Assim, as audiências subsidiaram a definição do Projeto do BNDES, mas seu formato final não passou por nova consulta às lideranças.

Em relação às ações destinadas ao "uso sustentável dos recursos naturais", duas foram as principais estratégias priorizadas: "recursos pesqueiros", para "ampliar o aporte de proteína animal, melhorando assim as condições de segurança alimentar"; e "o apoio às atividades agroflorestais, com vistas à subsistência e à abertura de novas alternativas de comércio".

Além do mais o "Projeto Sustentável de apoio às atividades agroflorestais, tendo como objetivos "o início da formação de 37 SAFs economicamente viáveis" e um "Plano de Produção devidamente iniciado em TIs das BRs 364 e 317". Um conjunto de cursos estava destinado a subsidiar essas atividades.

É questionável que essa linha de ação do projeto tenha iniciado a formação de 37 SAFs. Nas aldeias onde a CPI vinha formando AAFIs, SAFs de pelo menos um hectare já estavam implantados: em algumas, esse número e sua extensão tinham sido já superados antes do início do Projeto do BNDES. É igualmente questionável a pretensão de que novos SAFs viessem a se tornar "economicamente sustentáveis" no curto prazo, durante o tempo de duração do Projeto ou unicamente como resultado das ações por ele favorecidas.

Estes fatores não esvaziam a relevância das ações iniciadas, como indica o nome dos cursos oferecidos. O fornecimento de materiais de trabalho aos AAFIs, outra antiga reivindicação da AMAAIAC, foi uma iniciativa de valor. Mas, no caso dos AAFIs que iniciaram sua formação em 2001, por meio de cursos fornecidos por equipes de governo que pouca experiência tinham de trabalho nas TIs, medidas adicionais fazem-se necessárias e prioritárias (a assessoria técnica às atividades desses novos AAFIs, quando houve, aconteceu de forma pontual e descontínua).

Teria sido necessário, pensar uma política mais global para fortalecer as atividades agroflorestais, que leve em conta a situação específica de cada TI.

A continuidade da formação dos AAFIs por equipes do governo parecem, novamente, ações a serem priorizadas. A incipiente formação desses agentes, assim como sua remuneração temporária, não dão por encerrado este processo, nem garantem a sustentabilidade das metas estabelecidas pelo Projeto. Por isso, o fortalecimento das atividades da Gerência de Extensão Indígena, da Seater, com a consolidação e a maior capacitação de seu pessoal, com os recursos financeiros necessários e a elaboração de um planejamento, tanto próprio como articulado com as ações da CPI-Acre e da AMAAIAC (algo que começou a acontecer nos últimos dois anos), também aflora como uma das recomendações relevantes.

3.1.4.1 Instrumentalização de Organizações de Apoio e Comunidades Indígenas

Esta atividade foi implementada por meio de duas linhas de ação: a edificação das sedes da AKAC e OPIRE e a "instrumentalização" de organizações e comunidades, com oficinas de capacitação e o fornecimento de equipamentos "essenciais às atividades do projeto". Contemplou ainda a "equipagem" dos escritórios da Seater em Feijó, Tarauacá e Cruzeiro do Sul, e do Imac em Feijó e Cruzeiro do Sul, como estratégia para apoiar o monitoramento dos planos de mitigação e compensação pelos "impactos" decorrentes da pavimentação da BR-364.

Visando fortalecer o funcionamento e a gestão das organizações indígenas, foram oferecidos cursos de "gerenciamento institucional qualitativo" e de "associativismo e cooperativismo". "Cursos de associativismo e cooperativismo" foram também realizados nas TIs sob impacto do asfaltamento da BR-317, com desdobramentos interessantes, numa região onde, até 2001, não havia qualquer associação indígena criada.

Lições devem ser extraídas dessas ações de "fortalecimento das organizações indígenas". Boa parte dos equipamentos de informática e dos materiais de escritório foi destinada à estruturação de órgãos públicos que, nos municípios da BR-364, teriam por atribuição o acompanhamento das ações dos planos de mitigação. Visto que os impactos das rodovias não se encerram com a conclusão do Projeto, esse investimento só terá sentido na medida em que esses órgãos continuem prestando apoio e assistência técnica às comunidades, bem como monitorando os desdobramentos da pavimentação.

3.1.4.2 Breves considerações sobre o Projeto do BNDES e sua segunda fase

As ações do "Projeto de Apoio às Populações Indígenas" sob coordenação da SECTMA, estiveram concentradas no biênio 2002-2003. A continuidade do Projeto está prevista por meio do "Apoio às Populações Indígenas Impactadas pelas Rodovias BRs 364 e 317", parte do Componente 4 (Desenvolvimento Social), da segunda fase do Projeto BNDES, previsto em R\$ 1 milhão.

A principal meta dessa etapa é "consolidar e dar continuidade ao modelo de uso sustentável dos recursos materiais e imateriais implementados pelo estado na gestão anterior, além de identificar, priorizar e otimizar as potencialidades das comunidades indígenas, ordenando, planejando e executando ações sociais específicas, pontuais e continuadas" (ACRE, 2003)

Dentre os objetivos do Projeto estão "promover a autonomia dos povos indígenas na condução e realização de suas propostas, buscando a integração entre as diversas etnias além de proporcionar a continuidade e a consolidação da exploração sustentável dos seus diversos recursos" (ACRE, 2003). Para tal, o projeto está estruturado em duas linhas temáticas: Fortalecimento das Organizações Indígenas e Fortalecimento das Comunidades Indígenas - procurando, através da primeira, consolidar as organizações enquanto referenciais no diálogo com o governo estadual e, da segunda, a "construção de modelos sustentáveis de uso dos recursos naturais e culturais para as comunidades indígenas".

Há uma avaliação generalizada nos próprios órgãos de governo, de que o cerne das medidas da primeira fase do Projeto do BNDES contemplou ações fortemente calcadas em obras de infraestrutura e na aquisição de vários materiais permanentes. Nessa fase, estes dois componentes chegaram a 68% dos investimentos (37% com equipamentos permanentes e material de consumo e 31% com obras de infraestrutura). É fato que os povos indígenas foram ouvidos em visitas às aldeias e referendaram os planos de mitigação, que estes planos eram bastante mais amplos do que as ações viabilizadas pelo Projeto e que investimentos e obras foram, na grande maioria das vezes, bem-vindas, considerando o descaso dos governos anteriores.

É possível afirmar, todavia, que não houve a definição mais detalhada de estratégias para a operacionalização das ações do Projeto e sua futura sustentabilidade, a partir de iniciativas tocadas pelas próprias comunidades, bem como do aprimoramento dos canais de diálogo e das parcerias com o governo. As ações de capacitação e empoderamento das comunidades foram marcadas pela breve duração, e, em muitos casos, giraram em torno de cerimônias de entrega de obras e equipamentos. Não houve tampouco efetivo acompanhamento dessas ações *a posteriori*, nem instâncias para sua avaliação e para a correção de rumos e estratégias.

Um de seus objetivos era o fortalecimento das organizações indígenas e o aprofundamento dos programas de sustentação, com capacitação de recursos humanos e orientação técnica do governo, para que as comunidades pudessem gradualmente definir linhas para novas ações e elaborassem projetos para captar recursos para executá-las.

É possível afirmar, portanto, que ainda estão ausentes estratégias de mitigação e de compensação que sirvam, de fato, como instrumento para que as comunidades equacionem projetos próprios de gestão e vigilância territorial face aos prejuízos sociais, ambientais e culturais já em curso e os que advirão do avanço da pavimentação. Os Planos de Mitigação elaborados e aprovados, refletem uma visão de projetos das comunidades e as possibilidades orçamentárias e operacionais do governo estadual, portanto, produto de um processo de negociação historicamente situado que, em grandes linhas, resultou na implementação de um conjunto bastante desarticulado de ações nos anos de 2002- 2003. Análise dos ganhos e pendências ainda é crucial, para delinear novas estratégias de ação e construir renovados patamares de diálogo e de parceria com os órgãos do governo estadual.

É possível constatar o aprofundamento dos processos vislumbrados e discutidos desde o final dos anos 1990, como decorrência do avanço da pavimentação de certos trechos da BR-364, bem como do processo de integração regional que ganhará força com a ligação da BR-317 com a Rodovia Transoceânica, no Peru. No caso da BR-364, por exemplo, a Resex Riozinho da Liberdade, é atravessada pela rodovia, que margeia as novas florestas estaduais, em trechos a serem terraplanados e pavimentados nos próximos anos. Dada esta situação, e outras que surgirão, e levando-se em conta o histórico de negociações com o governo estadual, no âmbito da revisão dos EIA-Rimas, é previsível e legítimo que novas demandas sejam feitas pelos indígenas. Continua a ser necessário trabalhar com um panorama amplo, que incorpore todo o estado, onde há hoje um mosaico de terras reservadas pelo governo federal tanto para os indígenas como para diferentes

populações tradicionais; no mesmo sentido em relação às TIs e UCs situadas ao longo da fronteira internacional, o que demandará entendimentos e ações com os governos peruano e boliviano.

3.1.4.3 Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas

Nos últimos anos, todos os povos indígenas do Acre viveram acelerado crescimento demográfico e transformações fundiárias. Densos processos de reorganização territorial, política, econômica e cultural foram protagonizados pelos indígenas nos últimos 15 anos. Como resultado da grave crise na economia da borracha, as "cooperativas" foram desarticuladas nas TIs, a secular matriz espacial do seringal foi desnaturalizada, "colocações de centro" foram abandonadas e novas "aldeias", formadas por números variáveis de famílias ganharam forma como principal modalidade de organização territorial, política e social. Desdobramentos ambientais vários decorreram da maior concentração populacional nessas aldeias, abertas nas margens dos rios e do rearranjo das atividades produtivas, com a intensificação das atividades agrícolas e de criação de animais, feitas pelas famílias para subsistência e comercialização, dentre eles: o uso crescente da floresta para os roçados e a abertura de campos, uma forte pressão sobre caças e peixes nas cercanias das aldeias e o uso mais intensivo de recursos naturais.

Nesse tempo de tantas mudanças, as questões relacionadas à gestão ambiental e à vigilância das TIs assumiram importância nas discussões no movimento indígena, e ganharam forma em estratégias voltadas para o manejo sustentado dos recursos naturais e a fiscalização do território. Para tal, contribuiu a atuação do AAFI, novo ator social que também assumiu papel de liderança na organização social e política das aldeias. A partir de 2001, o governo estadual, implementou medidas mitigadoras e compensatórias em TIs "impactadas" pelo asfaltamento das BRs 364 e 317. Acordadas em negociações entre lideranças indígenas e órgãos governamentais (EIA-Rima), várias ações estiveram direcionadas para a gestão dessas terras e ao fortalecimento institucional das organizações e comunidades indígenas.

Desde 2004, em várias TIs, tiveram início programas de levantamento participativo dos recursos naturais: o de "etnomapeamento", pela CPI/AC, a AMAAIAC e várias organizações indígenas, e o de "etnozoneamento", pelo governo estadual. Em linhas gerais, esses programas têm por objetivos a produção, pelos próprios indígenas, de diagnósticos de suas terras, de maneira a subsidiar ações de gestão ambiental e vigilância territorial.

Há hoje no Acre 24 associações indígenas. Com recursos governamentais e da cooperação internacional, quase todas vêm desenvolvendo atividades econômicas e de gestão territorial, capacitação, educação bilíngüe e de fortalecimento cultural.

a) Os AAFIS: Formação Profissional e Atividades nas Aldeias

Desde 1996, a formação profissional dos AAFIS tem sido realizada pela CPI através de oficinas e assessorias, bem como de "viagens de intercâmbio", nas quais os agentes visitam experiências semelhantes em terras indígenas de outras regiões do Brasil e de outros países.

Em 2005 havia no Acre 109 AAFIS, de 10 povos, atuando em 23 TIs e 11 municípios; outros três AAFIS, de dois povos, atuavam em três TIs no sul do Estado do Amazonas. Dos 109 AAFIS no Acre, 88 receberam formação pela CPI/AC e 21 pela Seater.

Os conteúdos programáticos dos cursos e oficinas têm discutido alternativas de manejo nos sistemas agroflorestais (SAFs), cultivo de hortas orgânicas, técnicas biológicas de combate a pragas, manejo de palmeiras e palmeiras, estratégias de coleta, manejo e destinação do lixo, bem como reciclagem de madeiras desvitalizadas dos roçados; além de leitura e escrita, ecologia, ciências, história, geografia e matemática, bem como na legislação pertinente à sua área de atuação.

Os AAFIS têm assumido importante papel na vigilância e fiscalização dos limites de suas terras, em mobilizações para evitar invasões. Têm também buscado respaldar suas ações junto aos órgãos de governo, o que incluiu oficinas de capacitação, oferecidas pelo Ibama, e sua legitimação como

"agentes ambientais colaboradores", com a possibilidade de lavrar autos de infração e comunicar ao órgão ambiental os ilícitos constatados.

Em 2001, os AAFIs das três TIs Kaxinawá do Município de Jordão realizaram a autodemarcação da TI Kaxinawá do Seringal Independência. A autodemarcação conciliou o trabalho de velhos mateiros, que identificaram os limites no perímetro dos seringais, com as ações dos AAFIs. E foi materializada com importantes inovações face aos procedimentos das empresas de engenharia: a abertura de um "túnel verde", a implantação de "marcos verdes", com mudas de castanheiras e outras espécies de frutíferas. Devido à participação indígena e aos resultados alcançados, essa iniciativa posta em prática pelos AAFIs pode oferecer subsídios valiosos, apontando alternativas que resultem no barateamento do custo das demarcações físicas e permitam redirecionar parte dos recursos para o fortalecimento das comunidades indígenas e seus projetos coletivos de vigilância e gestão territorial. Pode servir de exemplo também para que o governo estadual promova, por meio de parcerias com associações locais e a Funai, a reavivitação dos limites de TIs há muitos anos demarcadas e hoje pressionadas por invasões.

Os AAFIs têm elaborado diagnósticos da situação ambiental de suas terras e das formas de uso dos recursos naturais que servem ao planejamento e à execução de ações de gestão adequadas à resolução dos problemas detectados.

b) Reconhecimento profissional e representação política: a AMAAIAC

O trabalho dos AAFIs serviu de inspiração para que gestores indígenas surgissem em outras regiões. Há hoje no Brasil cerca de 290 agentes florestais nas regiões norte e centro-oeste (*Fórum dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre, 2004*). No Acre, os trabalhos dos AAFIs têm influenciado políticas públicas para indígenas. Apoios pontuais do governo têm se concretizado na formação dos AAFIs. Essas parcerias são resultado de um dos principais temas que têm pautado o diálogo e as negociações dos AAFIs com o governo do Acre: seu reconhecimento enquanto categoria profissional, e sua remuneração pelos serviços ambientais e sociais prestados à sociedade e à biodiversidade no Acre. Essas reivindicações resultaram, em 2002, na criação da AMAAIAC.

Em abril de 2002, os AAFIs prontificaram-se a discutir com o governo como avançar no reconhecimento profissional da categoria, propor critérios para futuras concessões de bolsas e encontrar mecanismos que garantissem sua contratação permanente. Nos últimos anos, o governo cumpriu seus compromissos parcialmente: até setembro de 2005, do total de 111 AAFIs no Acre, 69 recebiam bolsas (*SEATER; SEPI, 2004*).

Novos entendimentos entre a AMAAIAC, o governo estadual e parlamentares ocorreram em 2004. O governo apresentou o documento "Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre", abrindo a possibilidade de remunerar 80 AAFIs, em 20 TIs e reiterando o objetivo de viabilizar sua formação continuada. No entender da AMAAIAC, a proposta carecia de mecanismos institucionais e fontes permanentes de recursos para a contratação. Um acordo foi formalizado em 2005, por meio do contemplando recursos para a remuneração de 69 AAFIs até dezembro de 2005. A assinatura de um convênio entre a Sepi, Seater e CPI-Acre para o projeto "Manejo dos Recursos Agroflorestais Indígenas do Estado do Acre" visa, por meio do apoio à atuação dos AAFIs, "proteger e explorar de forma mais profissional seu ambiente, com trabalhos na área de fiscalização, vigilância e educação ambiental junto às comunidades indígenas".

Permaneça, portanto, o desafio de tornar permanentes mecanismos institucionais e fontes de recursos para a contratação, a remuneração e a formação dos AAFIs. Para abrir novas alternativas nesse sentido era intenção da CPI-Acre e da AMAAIAC, em 2006, submeter ao Conselho Estadual de Educação proposta curricular de formação dos AAFIs, a exemplo do que foi feito para os professores indígenas em 1998, visando ao reconhecimento oficial do programa de formação e a posterior definição de instrumentos que garantam a abertura de concurso público e a contratação permanente dos AAFIs pelo governo estadual. Até dezembro de 2007 a situação dos AAFIs não avançou no sentido de obter esse reconhecimento. (*Fonte: Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas,*

3.1.5 Ações de Apoio as Populações Indígenas - Sema e Imac

3.1.5.1 Histórico do Componente Indígena do EIA-Rima da BR-364.

Em 1999, o Governo do Estado firmou o compromisso de revisão do Componente Indígena do EIA-Rima e a formação de uma Comissão de Acompanhamento e Monitoramento do Licenciamento Ambiental das Obras na BR-364, coordenada pelo MPF e composta por várias instituições envolvidas com a questão indígena.

No dia 06 de julho de 2000, o documento sobre a revisão do Componente Indígena do EIA-Rima da BR-364 - trecho Tarauacá/Rodrigues Alves, elaborado pela Funtac, foi recusado pela Comissão Interinstitucional e as medidas emergenciais não foram executadas de forma adequada.

Por reivindicação dos próprios indígenas, assim como da Funai e MPF, foi solicitado que o Governo do Estado, iniciasse a Revisão do Componente Indígena do EIA-Rima, uma vez que este não contemplava, de forma satisfatória, medidas eficazes que pudessem minimizar os impactos decorrentes da pavimentação. O processo de revisão contou com a participação de lideranças indígena, estudos antropológicos para as BRs 364 e 317 e Audiências Públicas.

3.1.5.2 Abrangência das Ações

Todas as TIs do Acre, direta e indiretamente participaram desta primeira realização histórica do governo do estado com os indígenas, por mais que prioritariamente as ações contidas no plano de mitigação só tenham alcançado as oito Terras Indígenas sob impacto da BR-364: Katukina do Campinas; Samaúma, Martins e Bananeira; Katukina do R.Gregório; Kaxinawá do Igarapé do Caucho; Colônia 27 e Kaxinawá da Praia do Carapanã Katukina/Kaxinawá.

3.1.5.3 Revisão do Componente Indígena do EIA-Rima

Dois estudos foram realizados para preencher a lacuna deixada pelo EIA-Rima. O primeiro nas TIs Campinas /Katukina e Rio Gregório. O segundo para a TI Igarapé do Caucho e Colônia 27. O objetivo dos estudos foi o de traçar um diagnóstico acerca da situação atual das referidas TIs; o seu resultado foi apresentado em Audiência Pública, sendo devidamente aprovados pelas comunidades presentes. Ainda assim, houve sugestões de complementação nos mesmos (a complementação de estudos para a TI Katukina/Kaxinawá seguiu o mesmo processo).

As Audiências Públicas da rodovia BR-364 realizadas em 2001, foram coordenadas pelo Imac e contaram com a presença de comunidades das Terras Indígenas Campinas/ Katukina (Katukina) e Rio Gregório (Katukina e Yawanawa), Colônia 27 (Kaxinawá), Igarapé do Caucho (Kaxinawá) e Terra Indígena Katukina/Kaxinawá (Shanenawa e Kaxinawá).

As reuniões, estudos e Audiências Públicas resultaram no Plano de Mitigação. Este Plano envolve ações nas áreas de produção, educação, saúde, infra-estrutura, fundiária, vigilância e fiscalização, transportes, valorização da cultura material, área de influência indireta e medidas de caráter geral. Além de contemplar medidas especiais na execução da pavimentação dos trechos da BR-364 próximos às TIs ou, como no caso da TI Campina/Katukina, que é cortada pela BR-364, num trecho de aproximadamente 18 km. Para isso foi desenvolvido um projeto especial denominado “Ecovia Katukina”, prevendo a implantação de uma cerca viva, portais, portões na entrada de cada aldeia, dentre outros.

Foi elaborado um Plano de Mitigação, sendo os seus itens incorporados às Licenças, tendo como desdobramento a elaboração de um Projeto intitulado “Apoio às Populações Indígenas”. O mesmo faz parte do “Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável para o Estado do Acre”, financiado com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

3.1.5.4 Conclusões Preliminares

Sem dúvida o Plano de Mitigação das BR-364 e BR-317 seria o centro das atenções por parte da maioria das comunidades indígenas que se encontram impactadas diretamente e indiretamente pelas estradas que atravessam o estado criando dois grandes eixos de comunicação com o Peru e a Bolívia. As Terras Indígenas que não foram contempladas nos primeiros EIA-Rima sofrem hoje com processos irreversíveis de mudanças nas dinâmicas das suas comunidades comprometendo seus costumes, suas tradições e sua existência como tal.

A perspectiva da continuidade do asfaltamento da BR-364 no trecho brasileiro e peruano, que une a cidade de Cruzeiro do Sul com a cidade de Pucallpa no Peru, nos alerta sobre o processo migratório proveniente do Estado do Amazonas e de outras regiões, de pequenos e grandes investidores. As estradas prometem uma forte circulação de mercadoria que procura sua saída pelo Pacífico. O cenário futuro dessa região compromete de forma dramática a vida dos povos indígenas, em especial dos “Isolados”, pelas pressões resultantes do aumento da presença de empresas madeireiras do lado peruano e, pelo lado brasileiro a forte pressão das populações à procura de empreendimentos ao longo das estradas. Estes e outros impactos vêm sendo motivo de encontros internacionais entre representantes governamentais, não-governamentais e representantes indígenas dos países da região amazônica, da Europa e dos Estados Unidos:

O Plano de Mitigação e outros programas de Governo Federal vêm sendo objeto de reflexões por parte de indigenistas e dos próprios indígenas. Grandes recursos voltados para a compensação dos impactos das estradas têm motivado o abandono de algumas comunidades da produção de seus alimentos, sendo o caso mais conhecido o da TI Campinas, cortada pela BR-364. As comunidades katukina abandonaram seus hábitos de plantar/recolher e passaram a consumir peixe, galinha, mandioca e até bananas, comprados diretamente nos mercados das cidades mais próximas.

Recursos advindos das aposentadorias contribuem com uma renda significativa dentro das comunidades. As estradas permitem um melhor acesso dos indígenas às cidades, aumentando a frequência dos aposentados com suas famílias nos centros urbanos. Os recursos são utilizados para o custeio da própria viagem, compra de objetos supérfluos, aumento do alcoolismo e proliferação de lixo (principalmente plástico), descaracterizando as aldeias de maneira muito negativa.

Em dezembro de 2007, uma equipe da divisão de meio ambiente do Deracre, o Presidente da Funai e o Assessor Especial Indígena do Estado do Acre estiveram em Feijó para se reunir com os povos indígenas do alto rio Envira, entre eles os Kaxinawá (da terra indígena Currealinho e Nova Olinda), Kulina (Igarapé do Paulo e do rio Envira) e Ashaninka (terra indígena Kampas isolados Jaminawa-Envira). O objetivo foi discutir o impacto ambiental que a BR 364 poderá causar aos povos da região e também acolher sugestões dos moradores destas comunidades sobre ações que possam amenizar este impacto.

Na maioria das Terras Indígenas, projetos e ações, tocados por iniciativas das próprias associações locais e/ou no âmbito de programas dos governos, da cooperação internacional e de ONGs acreanas, têm implementado, ou iniciado, relevantes experiências de gestão ambiental e vigilância territorial. Um desafio, atual e futuro, do governo estadual é a implementação de políticas públicas que respeitem essa diversidade étnica e as formas de organização e de mobilização particulares de cada povo, potencializar aquelas experiências, fortalecendo seus avanços e ajudando a superar suas fragilidades.

Se, de um lado, a diversidade é eixo a ser privilegiado nessas políticas; de outro, continua a ser cada vez mais necessária a articulação, sob a coordenação da Assessoria para Povos Indígenas, dos diferentes órgãos do governo na definição, planejamento, execução e monitoramento de ações voltadas para a produção, a gestão ambiental, a educação, a saúde e o fortalecimento cultural. Isto implica, conseqüentemente, não em visões ou ações de curto prazo, caracterizadas pela homogeneidade, brevidade e por resultados imediatos, mas, sim, programas integrados e duradouros, que fortaleçam o protagonismo, a autonomia e a sustentabilidade das comunidades indígenas e suas organizações de representação.

Os programas do Governo Estadual para os povos indígenas não podem, tampouco, continuar a ser financiados por fontes de recursos oriundas de projetos temporários ou pontuais, ou estar marcados apenas por ações compensatórias ou mitigadoras de obras de infra-estrutura. Diferentemente, é preciso definir recursos orçamentários obrigatórios e permanentes para custear essas políticas e os programas atrelados. A implantação do Conselho Estadual Indígena (CEI), associada ao efetivo funcionamento do Fundo de Preservação e Desenvolvimento dos Povos Indígenas do Acre (FPDPIAC) e à operacionalização do "ICMS Verde", são medidas que devem ser contempladas pelo Governo Estadual, a partir de diálogos e negociações com as organizações indígenas, as ONGs e a classe política.

Numa visão transversal, há políticas que devem ser aprofundadas e aprimoradas. Respaldo deve ser assegurado às atividades dos AAFIs, por meio de seu reconhecimento profissional e de sua remuneração, com fontes de recursos permanentes, de parcerias que permitam a continuidade de sua formação, o fortalecimento das atividades de gestão e vigilância em curso nas terras indígenas e, ainda, a participação da AMAAIAC nos fóruns de definição, implementação e avaliação das políticas oficiais, destinadas às terras indígenas ou daquelas que possam causar impactos ambientais em seu entorno.

Apoio deve ser garantido também às ações de etnozoneamento e etnomapeamento, tanto em sua realização, como na sistematização de seus resultados. Parte destes, na forma de "planos de gestão ambiental e territorial", deve servir enquanto subsídio às políticas que o governo continue, ou vier a implementar nas respectivas terras indígenas, em iniciativas protagonizadas pelos AAFIs, pelas comunidades e organizações locais.

Outro compromisso que deve ser assumido pelo governo estadual diz respeito à legitimação e à garantia da participação da sociedade civil nas negociações e acordos que, em torno das temáticas da integração regional e do desenvolvimento fronteiriço, estão em gestação junto ao Governo Federal e os departamentos vizinhos no Peru. As demandas e os projetos indígenas devem ser incorporados nas agendas e políticas governamentais resultantes. Estas, por sua vez, devem priorizar investimentos na conservação da biodiversidade e na garantia dos direitos territoriais, ambientais e sociais dos povos indígenas, não tendo como ponto de partida, ou fim último, em relação a esses povos e a seus territórios, a definição, novamente, de medidas preventivas, mitigadoras e/ou compensatórias dos "impactos" da construção de grandes obras de infra-estrutura (como a Rodovia Transoceânica e a planejada Pucalpa-Cruzeiro do Sul) *(Fonte: IGLESIAS & AQUINO, 2006)*

3.1.6 Projeto de Apoio às Ações de Gestão Ambiental em Terras Indígenas - Auto Demarcação da Terra Indígena Kaxinawá do Seringal Independência (Convênio MMA/SCA/Governo do Estado do Acre)

O Projeto de Apoio às Ações de Gestão Ambiental em Terras Indígenas, firmou um convênio entre o MMA/SCA e o Governo do Estado do Acre. Este convênio teve por objetivo apoiar a realização da autodemarcação da TI Kaxinawá do Jordão - Seringal Independência; a realização do Encontro de Artesãs Indígenas e atividades de Resgate da Cultura Jaminawa.

As atividades foram realizadas no período de junho de 2001 a abril de 2002, com a participação de parcerias das seguintes instituições: CPI/AC, Universidade Federal do Acre/Parque, Fundação Elias Mansour, Secretaria de Hidrovias, Grupo de Mulheres Indígenas - GMI/UNI, Funai, Pelotão Florestal, ASKARJ e lideranças indígenas. Os recursos financeiros executados foram de R\$ 142.320,7, incluindo-se neste total os valores de doação, contrapartida e aplicação financeira.

3.1.7 Programa Estadual de Extensão Agroflorestal

Entre 1999 e 2006 o Programa Estadual de Extensão Agroflorestal vem trabalhando o manejo florestal de uso múltiplo, prestando assistência técnica florestal a 650 famílias não indígenas. Ainda como inovação, criou-se o setor de extensão indígena que conta com as atividades de 69

agentes agrofloretais específicos, distribuídos em dezesseis TIs, abrangendo 8 povos: Kaxinawá, Manchineri, Katukina, Yawanawá, Nukini, Ashaninka, Shawãdawá e Jaminawá, perfazendo um total de 7,6 mil indígenas. Este quadro representa 81% da população indígena do Estado assistidos pelas ações extensionistas oficiais. Nos últimos anos foram capacitados/treinados aproximadamente 500 indígenas nas mais diversas técnicas de manejo florestal.

A relação entre indígenas e não-indígenas se desenvolve de forma unilateral, prevalecendo os valores dos “brancos”, suplantando até as mais arraigadas tradições dos indígenas. Integrantes das comunidades indígenas são levados a agregar ao seu cotidiano hábitos perversos dos “brancos”, que os levam ao alcoolismo, suicídios, assassinatos e mais frequentemente ao êxodo à capital Rio Branco, para a prática da mendicância.

3.1.7.1 Produtos Florestais Não-Madeireiros

O potencial dos produtos florestais não-madeireiros é divulgado como uma alternativa de renda e de diversificação da produção florestal na região amazônica. A borracha e a castanha têm um lugar de destaque e muitos conhecimentos técnicos e tradicionais em vários campos. Já outros produtos como cascas, óleos e resinas possuem o potencial reconhecido, mas poucas informações técnicas e experiências concretas.

Esse potencial biológico ainda é pouco explorado economicamente de forma sustentável pelas populações tradicionais e povos indígenas, o que imprime características de exclusão social muito particulares.

Dois aspectos se destacam: do lado conjuntural, a falta de conhecimento sobre o potencial econômico da floresta e os impactos negativos de sua degradação para o planeta; do lado estrutural, destaca-se a falta de infra-estrutura necessária para viabilizar a produção, bem como, a fragilidade das organizações sociais especialmente no processo de gestão desses empreendimentos. A exploração destes produtos, por parte das populações tradicionais, na maioria das vezes acontece de forma pontual, quase sempre através da rede de intermediários e de forma irregular, pagando sempre baixos preços e a matéria-prima sendo de baixa qualidade.

Este quadro limita as ações de empresas e o desenvolvimento de ações mais consistentes, pois os empresários ou cooperativas se vêem obrigados a realizar ações que vão do manejo à comercialização, lidando ainda com uma série de exigências legais dos órgãos governamentais que desestimulam estas iniciativas.

O arranjo produtivo de óleos vegetais deve priorizar as duas iniciativas desenvolvidas por aproximadamente 250 famílias de ribeirinhos dos municípios de Mâncio Lima, Rodrigues Alves e Porto Walter. Durante os últimos anos, famílias da comunidade São Salvador, conduzidas pela ONG Pesacre, iniciaram todo um planejamento com vistas às implantações de duas mini-usinas extratoras de óleo a partir do buriti e patauí, respectivamente. Para que este produto seja extraído de modo sustentável foram discutidos com as famílias todos os critérios de manejo, cujo plano está em fase de análise pelo Ibama. Todo o projeto deve ser encarado como experimental, desde a adequação dos equipamentos a serem utilizados, logística de escoamento da produção e o contexto em que a proposta está inserida, pois encontra-se numa região bastante afastada de centros urbanos. Apesar dos avanços, ainda falta organizar as comunidades em suas relações com o mercado.

Ao longo dos últimos três anos foram realizadas atividades de mobilização das comunidades para extração de frutos de buriti, numa primeira fase. Está sendo previsto o envolvimento de aproximadamente 200 famílias na cadeia produtiva de óleos vegetais, ao longo do rio Juruá. Através da parceria com a Funtac, a meta para os próximos próximos anos é processar também outras espécies, como patauí e cocão, tidas como altamente potenciais para a produção de óleo vegetal.

Para ressaltar os avanços que se tem conseguido ao longo dos últimos anos, com o funcionamento da agroindústria que o governo está terminando de implantar no município de Rodrigues Alves através da Funtac, somente na primeira fase, as comunidades puderam fornecer 100 toneladas de óleo de murmuru para a Eletronorte. Esta oportunidade de comercialização será de fundamental importância para exercício de atividades vinculadas à cadeia produtiva em questão. Resultantes do processamento, os resíduos dos produtos servirão numa primeira fase, como matéria-prima para a fabricação do biodiesel, e para compradores locais e externos, envolvidos com a cadeia produtiva de cosméticos e óleos essenciais. Saliente-se que o processo organizativo não deverá estar em função do início de funcionamento desta agroindústria, mas sim para todos os outros possíveis compradores inseridos neste nicho de mercado.

Apesar dos contatos entre produtores e compradores já terem sido realizados, ainda há uma forte necessidade de preparar as famílias para participar das ações de comercialização, seja vinculada à agroindústria de Nova Cintra, em Rodrigues Alves, seja para outros canais de comercialização potenciais ainda a serem identificados, estratégia esta que visa diversificar ao máximo as possibilidades de venda (*Fonte: Secretaria de Extensão Agrária do Estado do Acre, 2007*)

3.1.8 Considerações Finais

O “Governo da Floresta” traz em suas premissas promover a inclusão daqueles que historicamente encontram-se excluídos dos processos de desenvolvimento econômico e social, com respeito a seus costumes e a sua cultura. Neste sentido, durante os oito anos de mandato do governador Jorge Viana, várias ações foram realizadas visando ao fortalecimento e à proteção aos direitos dos povos indígenas, dentre elas destacamos a execução do **Projeto Apoio às Populações Indígenas**, realizado pela Sema e pelo Imac no período de 1999 a 2006, com a participação dos indígenas e de indigenistas.

Entre as várias iniciativas governamentais, em áreas dispersas, no ano de 2000 foi viabilizado o desenvolvimento do “**Programa Emergencial de Desenvolvimento das Comunidades Indígenas**”.

Para elaboração do **Programa de Sustentação para Sociedades Indígenas no Estado do Acre**, a Sema contratou consultorias, encarregadas de elaborar um documento que atendesse tanto aos anseios das sociedades envolvidas, quanto à necessidade de organização do Estado para sua execução. Parte deste Programa está entre as atribuições do Governo do Estado do Acre, inseridas no contexto da construção da BR-364, que por seus impactos, torna fundamental o desenvolvimento de diversas medidas que possam contribuir com a mitigação e/ou compensação de danos provocados.

O atual governo do Estado reconheceu o esforço que já vem sendo empreendido pelo indigenismo e está inserindo a participação dos Agentes Agroflorestais Indígenas entre as atividades do Projeto Apoio às Populações Indígenas em parceria com o Programa Adjunto da Solidariedade.

Outro ponto de fundamental importância é o assessoramento técnico que diversos indigenistas têm prestado aos índios na elaboração e execução de suas propostas para financiamento, o que contribui verdadeiramente com melhoria do acesso a recursos, que outrora era praticamente impossível ser conseguido pelos povos da floresta.

Sugestões:

- Que os trabalhos realizados nos últimos 8 anos tenham continuidade, no sentido de dar maior credibilidade às ações do Estado do Acre, fortalecendo ainda mais a parceria entre o governo e os povos indígenas.
- Que antes de se contratar qualquer consultoria que, porventura, venha a ser necessário, sejam esgotadas todas as possibilidades dentro do estado do Acre, buscando sempre a valorização dos profissionais indígenas.

- Que o governo do estado realize concurso público para ampliar o quadro técnico das instituições que trabalham direta e indiretamente com a questão indígena.
- Que sejam viabilizadas atividades de desenvolvimento sustentável no entorno das TIs com as demais populações tradicionais.
- Que os coordenadores envolvidos com ações nas TIs dêem continuidade às atividades iniciadas através de acompanhamento sistemático de forma a ter subsídios para avaliar a viabilidade dessas ações.
- A partir de negociações do governo, em consenso com as populações indígenas no estado, estabelecer diretrizes com vistas à definição de um plano de ação que garanta a sustentabilidade dos povos indígenas.
- Independente das ações iniciadas nas TIs inseridas nos planos de mitigação das BRs 364 e 317, que sejam ampliadas todas as ações às demais TIs do Estado do Acre.
- A criação de um conselho com representantes de todas as etnias do estado, bem como um fundo de apoio às populações indígenas do estado do Acre.
- Que seja criado um programa contínuo de extensão indígena, visando a sustentação dos povos indígenas.
- Complementar a base de informações das TIs, através de estudos das potencialidades dos recursos naturais - Etnozoneamento das terras que ainda não foram contempladas, com vistas à elaboração de um plano de uso das TIs.

3.2 Principais Programas Federais

3.2.1 Comissão Nacional de Política Indigenista - CNPI

Seu principal objetivo é organizar a atuação dos diversos órgãos federais que trabalham com os povos indígenas. A comissão é provisória e sua tarefa será preparar um anteprojeto de lei para criar um conselho com poder deliberativo e normativo.

A comissão passa a integrar a estrutura do Ministério da Justiça, que já abriga a Funai, e terá oficialmente várias funções - desde acompanhar a tramitação de projetos de lei e propor diretrizes para a política indigenista do governo federal, até colaborar na organização da 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista.

A criação dessa comissão é uma decorrência natural da descentralização na política de atenção aos povos indígenas. Era necessário criar um conselho que pudesse organizar a atuação dos diversos órgãos e facilitasse o controle social, uma vez que, pelo tamanho da população indígena e pela diversidade de situações em que ela se encontra, é inviável a volta de todas as atribuições à Funai.

A CNPI está formada por 24 membros com poder de voto, sendo 10 governamentais e 12 não-governamentais. Entre estes, 10 serão representantes de povos indígenas, e 2 de organizações indigenistas, com voto da Funai. Sua instalação será um teste para a futura criação de um Conselho Nacional de Política Indigenista, que deverá ter poderes mais amplos e, por isso, será criado por lei. A Comissão vai desenhar uma proposta de estrutura para o futuro Conselho. *(Valle, 2006)*

3.2.2 Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas – PDPI

O PDPI é um componente do Subprograma de Projetos Demonstrativos A (PDA) do PPG7, coordenado pelo MMA por meio da Secretaria de Coordenação da Amazônia (SCA).

O objetivo do PDPI é contribuir para a sustentabilidade econômica, social e cultural dos povos indígenas em suas terras e para a conservação dos recursos naturais nelas existentes

3.2.2.1 Demarcação e sustentabilidade

A iniciativa de criar o PDPI partiu do entendimento de que as ações do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia (PPTAL), ao viabilizar a demarcação das Terras Indígenas, apesar de fundamental, não esgotam o conjunto de problemas que enfrentam os povos indígenas. A demarcação das Terras Indígenas resolve a situação jurídico-legal dos territórios ocupados pelos indígenas, mas isso, por si só, não garante que estas terras terão uma sustentabilidade econômica, política ou ambiental.

Diante da constatação que a integridade das terras demarcadas depende também da capacidade das comunidades indígenas em gerir os seus recursos naturais de maneira auto-sustentável - através de atividades econômicas que não agridam o seu patrimônio ambiental, tampouco suas peculiaridades sócio-culturais -, o PDPI propõe apoiar iniciativas locais que visem à sustentabilidade pós-demarcatória das Terras Indígenas.

3.2.2.2 Os recursos

O montante a ser disponibilizado pelo PDPI compreende a doação de US\$ 11 milhões do KFW (Banco Alemão para o Desenvolvimento) para implementação dos projetos, com uma contrapartida do governo brasileiro, através do MMA, de US\$ 2 milhões para a administração do projeto e disseminação de seus resultados (GTZ). (Fonte: Instituto Socioambiental – ISA, 2008).

3.2.2.3 Projetos no Acre

Tabela 7: Projetos no Acre

Projeto	Valor em RS	Proponente	Área Temática/Foco	Situação
Programa de Capacitação das Comunidades para Fiscalização	237.007,00	UNI/AC	Terra/Agentes de proteção e fiscalização	Encerrado
Valorização da Educação Tradicional em TIs no AC	240.149,99	OPIAC	Cultura /Proteção do conhecimento cultural	Em andamento
Hunicui/Criação de Animais	44.999,50	APAHC	Economia /Criação de animais domésticos	Finalizado
Aumentar a quantidade e qualidade da produção de artesanato das Mulheres Kaxinwá de Tarauacá e Jordão	70.020,00	APIMINKTAJ	Economia/Produção de Artesanato	Finalizado
Resgate e revitalização e registro da Cultura Manchineri	99.676,40	MAPKAHA	Cultura /Intercâmbio cultural	Finalizado
Recuperação de Áreas Degradadas na TI Colonia 27	62.363.96,96	OAKATI27	Terra/Agricultura e Sistemas Agroflorestais	Em andamento
Iyã Hãndua: manejo consorciado de lagos nativos e aproveitamento de madeira na aldeia Myhr Bynã	94.282,00	ASKARJ	Economia, Cultura/Criação e/ou manejo de animais silvestres	Em andamento
Projeto de Arte e Conhecimentos Tradicionais Yawanawá	122.978,00	COOPYAWA	Cultura//Revitalização de saberes e fazeres	Em andamento
Gerando Renda e Ajudando a Natureza	96.080,00	MAPKAHA	Economia/Criação e/ou manejo de animais silvestres	Em andamento
Vigilância e Proteção da TI Yawanawá do Rio Gregório	59.697,96	COOPYAWA	Terra/Expedições p/fiscalização	Em andamento
Manxinerune Wuslahu Wtshijne - Nós Manchineri Cuidamos da Nossa Terra	312.571,50	MAPKAHA	Terra/Aviventação e manutenção de limites	Em andamento
Revitalização da Cultura Jaminawa – NÁ NUQU-SHIDIPAI	353.571,00	OCAEJ	Cultura/Revitalização de saberes e fazeres	Em andamento

Kene	99.185,00	ASKAP	Cultura/Proteção do conhecimento tradicional	Em andamento
Centro Cultural Katukina	179.890,87	AKAC	Cultura/Proteção do conhecimento tradicional	Aprovado
Vigiando nossas terras	368.711,00	OPIN	Cultura/Proteção do conhecimento tradicional	Em andamento
Kowitsi Cultura Tradicional Ashaninka	99.450,00	APIWTXA	Cultura/Divulgação Cultural	Aprovado
Batelão das Artes -Oficinas de Arte Itinerante	319.231,00	SITOAKORE	Cultura;Economia/Produção de artesanato	Aprovado

Acre – número de projetos: 17; valor: R\$ 2.672.414,38 (Fonte: MMA – dezembro, 2007)

3.2.2.4 Conclusões

Os recursos provenientes do Governo Alemão (13 milhões de EUR, 2004-2010), não prevêem recursos para os Recursos Humanos da equipe do PDPI (monitoramento, acompanhamento, avaliação etc). Os técnicos foram contratados com recursos da contrapartida do governo brasileiro por tempo determinado (quatro anos) e, em 2008, uma portaria do MMA prorrogou esses contratos, em até 12 meses. Está previsto um concurso público, o que não garante a permanência da equipe que tem um grande acúmulo de experiência e conhecimento. Antes da notícia da prorrogação do contrato em 2008, parte da equipe do PDPI pediu demissão devido a pouca perspectiva de continuidade do programa. A rotatividade das pessoas integrantes da equipe enfraquece o Programa, que tem passado por muitas dificuldades de implementação e cujos resultados hoje são muito satisfatórios, conforme a opinião de vários especialistas. Os montantes (máximo de até R\$ 350 mil) dos recursos por projeto vem permitindo no Acre uma experiência interessante no que se refere a gestão dos mesmos. A traumatizante experiência da UNI/ACRE com a administração dos recursos dos DSEI abriu um antecedente para todos aqueles financiadores na importância da capacitação das equipes executoras como da existência de estruturas administrativas adequadas.

3.2.3 Carteira Indígena

Os povos indígenas apresentam altos índices de mortalidade e desnutrição infantil, chegando ao dobro da média brasileira, que é de vinte mortes para cada mil crianças nascidas, considerada alta pelos padrões da OMS(OMS/Funasa, 2006). Em larga medida, embora não exclusivamente, esses índices são decorrência da degradação ambiental de suas terras, provocada por frentes de expansão agrícola, madeireira ou mineral, que resulta na perda ou empobrecimento de recursos da biodiversidade, vitais para a sobrevivência física e cultural dos Povos. Em muitos casos, nas diferentes regiões do país, as terras retomadas, retornam às mãos de seus donos indígenas em condições extremas de degradação ambiental causada por processos de exploração.

Com o propósito de promover a segurança alimentar e nutricional entre os povos indígenas, o Governo Federal vem implementando, desde 2003, um conjunto de ações, destaca-se a carteira de Projetos Fome Zero e Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Indígenas. A Carteira Indígena iniciou suas ações de apoio e fomento a projetos em meados de 2004, após a realização de sua I Oficina Nacional de Trabalho, em junho desse mesmo ano, ocasião em que foram definidas, com a participação de representantes indígenas de todo o país, as suas diretrizes e normas de funcionamento e acesso aos recursos para projetos. Desde então, a Carteira Indígena já investiu cerca de dez milhões de reais no apoio e no fomento a projetos sustentáveis de produção de alimentos, artesanato, agroextrativismo e revitalização de práticas e saberes tradicionais indígenas, vinculados às suas culturas alimentares.

A expectativa é que o novo desenho da Carteira Indígena fortaleça e consolide sua dimensão ambiental, com maior estímulo à adoção de práticas produtivas alternativas sustentáveis, ao uso sustentável dos recursos naturais, à transição para a agroecologia e à criação de uma linha de fomento específica para a preservação e recuperação ambiental das Terras Indígenas. Com esse novo perfil, que já se anuncia nas propostas de revisão das diretrizes, a Carteira Indígena reforçará

sua natureza de ação estruturante e certamente, contribuirá, de maneira mas efetiva, para a promoção da segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas.

Conclusões e recomendações

O objetivo da Carteira é combater situações em que coexistem degradação ambiental e insegurança alimentar indígena, financiando e apoiando a execução de projetos. Estes podem ser “pequenos” (até R\$ 10.000), “médios” (de R\$ 10.001 a R\$30.000) ou “grandes” (de 30.001 a R\$ 50.000). O foco é a produção de alimentos e a produção, beneficiamento, armazenamento e comercialização de artesanato e itens associados ao agroextrativismo – sempre com base na idéia de atividades econômicas sustentáveis e com as preocupações tanto de revitalizar práticas e saberes tradicionais como de apoiar o fortalecimento das capacidades técnicas e operacional das comunidades. A Carteira Indígena é umas das poucas iniciativas em políticas públicas voltadas para os povos indígenas que foi conceptualizada e implementada no governo do Presidente Lula.

A quase totalidade dos recursos inicialmente canalizados para a operação da “Carteira Indígena” provém do orçamento do MDS: R\$ 7.000.000 (cerca de R\$ 6.500.000 para projetos, o restante sendo destinado à sua administração). No Acre, em 2007, foram aprovados quatro projetos beneficiando 111 famílias do povo Shanenawa no valor de R\$ 173.750,57.

As avaliações das comunidades beneficiadas com projetos da Carteira Indígena, colhidas em manifestações registradas nos relatórios de execução desses projetos e nos fóruns de avaliação já realizados, relatam dificuldades na execução das atividades, mas, ao mesmo tempo, expressam satisfação com os resultados alcançados, em curto prazo. A força do trabalho coletivo, a disposição de melhorar a qualidade de vida, a determinação em manterem vivas as suas culturas e de preservar seu ambiente são as ferramentas dessas comunidades para transformar os recursos naturais de suas terras em alimento e renda, valorizando os recursos financeiros recebidos e buscando superar as dificuldades. Neste processo cultivam também a esperança e a confiança num futuro melhor para as novas gerações, como o demonstram suas histórias de luta e persistência na defesa de suas terras, de suas culturas e do ambiente em que vivem.

Desafios para o aprimoramento da Carteira Indígena conforme os resultados do Grupo de Trabalho de Revisão das Diretrizes e Normas de Funcionamento da Carteira Indígena:

- Fortalecer a dimensão ambiental da Carteira Indígena privilegiando o apoio e o fomento à gestão ambiental, à preservação e ao uso sustentável dos recursos naturais e à adoção de práticas produtivas ambientalmente sustentáveis, de modo que suas ações contribuam, de maneira efetiva, para a promoção das condições básicas necessárias a garantia da segurança alimentar e nutricional e do respeito ao direito humano e à alimentação adequada.
- Formalizar parcerias institucionais para garantir a maior articulação e ação conjunta e coordenada da Carteira Indígena com os demais programas e ações de governo para os povos indígenas.
- Ampliar a participação dos indígenas nas instâncias de deliberação e gestão e o controle social dos beneficiários, garantindo a composição paritária dessas instâncias.
- Garantir acompanhamento e apoio local continuados aos projetos, prover capacitação das comunidades para geri-los, prover assistência técnica adaptada às especificidades das comunidades e às atividades que desenvolvem e realizar o monitoramento dos projetos, garantindo a participação direta dos beneficiários.
- Aprimorar os instrumentos e os mecanismos operacionais para garantir maior facilidade no acesso aos recursos, maior agilidade no repasse e facilitar a prestação de contas dos projetos.
- Realizar a II Oficina Nacional de Trabalho da Carteira Indígena, garantindo maiores diretrizes, legitimidade e representatividade indígena e efetiva participação na definição de suas Diretrizes e Normas de Funcionamento.
- Construir e implementar um sistema de avaliação da Carteira Indígena, de modo a garantir seu aprimoramento permanente e evidenciar seu potencial como ação de governo (*Fonte: Carteira Indígena – Encontros de Intercâmbio com Povos Indígenas do Brasil, Consultas sobre as novas Diretrizes e Normas de Funcionamento – Brasil, outubro a dezembro de 2007*)

3.2.4 Ministério de Educação e Secretaria Estadual de Educação

3.2.4.1 Escolas Indígenas no Brasil - período 2003 / 2006

Os dados do Censo Escolar Inep/MEC 2006 mostram que a oferta de educação escolar indígena cresceu **48,7 %** nos últimos quatro anos. Em 2002 havia **117.171** alunos freqüentando escolas indígenas em 24 unidades da federação. Hoje este número chega a **174.255** estudantes em cursos que vão da educação infantil ao ensino médio. Estes números significam que a partir de 2002, a expansão anual da matrícula em escolas indígenas aproxima-se da taxa de 10% ao ano. Nenhum outro segmento da população escolar apresenta um crescimento tão expressivo no período.

O expressivo número de alunos indígenas no ensino fundamental faz com que as comunidades indígenas, cujas escolas estão nos sistemas estaduais e municipais de ensino, tenham sua educação escolar mantidas por recursos da ordem **de R\$ 217 milhões**, somente relativos ao Fundeb/2007.

Também por pertencerem aos sistemas estaduais e municipais de ensino, todas as escolas indígenas têm acesso aos programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, tais como Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE; Programa Nacional de Alimentação Escolar Indígena (com investimento previsto para 2007 superior a R\$13 milhões); Programa Nacional do Livro Didático (que enviou para as escolas indígenas, ao longo de 2006, cerca de 600 mil livros, num investimento superior a R\$ 3,0 milhões), entre outros.

3.2.4.2 Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação - Consed

O Consed discute as políticas e estratégias de consolidação da educação escolar indígena nos sistemas de ensino; os Secretários Estaduais de Educação e o Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC) estabeleceram uma nova agenda interinstitucional, aprofundando o regime de colaboração entre o MEC e os Sistemas Estaduais de Ensino visando garantir a qualidade da educação básica intercultural oferecida nas aldeias indígenas no País.

A ênfase do MEC no reconhecimento e valorização da diversidade está expressa na criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e na expansão dos recursos a serem empregados no desenvolvimento da educação escolar indígena, em 2005, R\$ 11 milhões, correspondendo nos últimos anos a um aumento do orçamento para essa modalidade de ensino.

Em que pese todos estes esforços, grandes desafios devem ser enfrentados particularmente a continuidade por parte do Consed, ao trabalho de sua Comissão de Educação Escolar Indígena, com a participação do MEC e da Funai. O comprometimento das Secretarias Estaduais de Educação e o MEC consolidar orçamentos específicos para fomento da educação escolar indígena, fortalecer e qualificar suas respectivas equipes de gestão dos programas e estabelecer estratégias interinstitucionais aperfeiçoando o regime de colaboração entre os sistemas estaduais e o MEC em benefício da educação escolar dos povos indígenas no Brasil.

a) A Educação Escolar Indígena antes do Governo da Floresta

Por muitos anos, os representantes do poder público não admitiam a existência de indígenas em território acreano. Somente no final da década de 70 a Funai faz um trabalho de vistoria no Estado e constata a existência de indígenas. Até então, as autoridades constituídas diziam que aqui só havia “caboclos” e estes, na avaliação destas autoridades, eram destituídos de direitos. Esta estratégia visava expropriar as terras que historicamente foram ocupadas pelos indígenas e seus ancestrais. Na contramão do Estado, apoiando os indígenas, a Igreja Católica inicia uma experiência de educação escolar com os Madija, localizada no Alto Envira, em Feijó, no final da década de 70. A Comissão Pró-Índio do Acre – CPI-AC inicia em 1983 um trabalho com educação escolar indígena denominado “Uma Experiência de Autoria dos Índios do Acre”.

b) A Educação Escolar Indígena na Gestão do Governo da Floresta - Programa de Formação Intercultural Diferenciada e Bilíngüe

A etapa que marca a implantação do atendimento às populações indígenas por parte do poder público estadual se deu em março de 1999, quando foi criado na Secretaria de Estado de Educação-

SEE, o Setor de Educação Escolar Indígena – SEEI, naquele momento ainda vinculado ao Departamento de Ensino Fundamental, mas no mesmo nível do Setor de Educação Rural que, na gestão anterior, abrigava o Núcleo de Educação Indígena – NEI, que “apoiava” as escolas indígenas.

A partir de 2000, há outra etapa marcante, que é a do estabelecimento da parceria com a CPI/AC, e a implantação do Programa de Formação Intercultural Diferenciada e Bilíngüe – PFIDB, com base no “Projeto Uma Experiência de Autoria dos Índios do Acre”. Esta etapa, que vai do estabelecimento da parceria com a CPI/AC até a implantação do PFIDB pelo SEEI, se completa em 2002, quando a equipe amplia o número de seus quadros profissionais para 11 técnicos, dos quais sete são técnicos municipais, distribuídos em cinco municípios onde há escolas indígenas. Dois destes setes técnicos são professores indígenas.

A atual etapa, que se inicia em 2003, é a mais importante, pois marca o compromisso definitivo da SEE com a implantação de uma política pública de Educação Escolar Indígena, cujo marco é a transformação da SEEI em Gerência de Educação Escolar Indígena – GEEI. Isto implica na transferência de maiores condições para gerenciar recursos – financeiros e materiais – além de possibilitar uma ampliação da equipe profissional à disposição da GEEI, que passou ao final de 2002, para 24 (11 são professores indígenas, exercendo funções de técnicos pedagógicos).

Ao longo destes anos, a GEEI consolidou o PFIDB, universalizando o atendimento da demanda em formação de magistério. Este Programa é oferecido em duas modalidades: Formação Inicial e Continuada que visam habilitar e capacitar os professores indígenas para o exercício do magistério.

Atualmente 249 professores participam do CFIDB. Estes professores estão assim distribuídos: 30 Professores Bilíngües em Formação Continuada, destes, 11 é que já foram habilitados pela GEEI; 47 ingressaram em cursos superiores, licenciaturas ou pedagogia, no Programa de Formação Superior em Magistério oferecido pela SEE em parceria com a Universidade Federal do Acre – Ufac para habilitar professores das redes estadual e municipal de ensino, 123 Professores Bilíngües em Formação Inicial e 49 Professores Monolíngües em língua indígena.

3.2.4.3 As modalidades de ensino oferecidas pela GEEI

Atualmente, com o trabalho sistemático da GEEI, seis escolas da rede estadual e duas da rede municipal atendem de 5.^a a 8.^a séries, sendo que uma delas atende também ao ensino médio, tudo na perspectiva de uma Educação Intercultural Diferenciada e Bilíngüe, planejada com cada grupo, de acordo com suas especificidades culturais e lingüísticas.

3.2.4.4 A rede física de Escolas Indígenas

Antes da gestão do Governo da Floresta, a rede escolar indígena estadual, composta por 44 escolas, não apresentava as mínimas condições físicas para um adequado funcionamento. Nestes anos, a rede de escolas indígenas estaduais foi ampliada para 85 escolas, das quais a SEE construiu 54, sendo quatro delas com cinco salas de aula, das etnias Poyanawa, Nukini, Kaxinawá e Yawanawa, que passam a atender todo o ciclo básico – do ensino infantil ao ensino médio. Em 2006, a SEE construiu mais uma escola, que também atenderá o Ciclo Básico completo, a Escola São Francisco na Aldeia Cardoso em Feijó pertencente à etnia Shanenawa.

3.2.4.5 A evolução do atendimento por etnia e das matrículas no período 1999/2006

Em 1999, a SEE herdou da administração anterior e atendeu às escolas com matrícula de 960 alunos pertencentes a 8 etnias: Jaminawa: 89; Katukina 84; Kaxinawá 444, Ashaninka 54, Shanenawa 16, Madija 164, Machineri 87, Poro Walter 22 (*Fonte: MEC 2007*)

De 1999 até o ano letivo de 2005, ano que a SEE tem dados tabulados, a matrícula subiu para 3.538 alunos, matriculados em 97 escolas pertencentes a 13, das 14 etnias existentes no Estado do Acre (*CUNHA, 2006.*).

3.2.4.6 Dados e indicadores sobre a Educação Escolar Indígena no Acre

Os dados do Censo Escolar 2006 MEC apontam a existência de 139 escolas (5,7% das escolas indígenas no Brasil) atendendo a 5.051 estudantes (o que é equivalente a 2,9% dos estudantes indígenas do país). Nestas escolas trabalham aproximadamente 280 professores. Escolas vinculadas diretamente à Secretaria Estadual de Educação: 99; vinculadas às Prefeituras: 40.

3.2.4.7 Principais Desafios

- Criar o *Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena* para que haja um espaço de interlocução com as comunidades
- Expandir a oferta de 5ª à 8ª séries do ensino fundamental e evitar a migração de famílias para centros urbanos em procura de complementação do ensino para seu filhos
- Formação de professores indígenas em nível superior em programas com Currículo Cultural específico de acordo à realidade das comunidades.
- Promover concursos públicos específicos para contratação de professores indígenas;
- Construção e reformas de escolas indígenas;
- Plano de Desenvolvimento da Educação no Estado no contexto do Plano de Ações Articuladas;
- Captação de recursos proveniente da Funai mediante convênios com as ONG.

3.2.4.8 Valor destinado e conteúdo da merenda escolar

Ao longo de 2003, negociações entre o MEC e o Fome Zero resultaram em que a merenda escolar tenha sido um campo privilegiado para que os esforços de combate à insegurança alimentar chegassem às Terras Indígenas. Uma Resolução do FNDE de 2003, determina que o cálculo destinado a estipular quanto cada escola indígena deve receber para o custeio da merenda seja especial: valor maior por aluno matriculado; mais dias letivos contabilizados. No fim das contas, uma escola indígena passa a receber, a título de merenda para um ano letivo, recursos quase três vezes do que uma não-indígena com o mesmo número de alunos. Agregue-se a isso que o texto da Resolução, oferece respaldo legal para que o cardápio da alimentação escolar indígena seja composto de modo a incluir mais itens produzidos nas próprias comunidades, o que se configura como um meio interessante para que, por um lado, o espaço ocupado pela escola na contemporânea vida social indígena seja, por si só, um estímulo ao fortalecimento das atividades produtivas comunitárias e uma fonte permanente de remuneração financeira das mesmas; por outro lado, trata-se de uma política que favorece a segurança alimentar em padrões tradicionais. Aqui se trata, por tanto, de uma interessante possibilidade aberta pela regulamentação do setor da educação escolar indígena. Sua efetivação, entretanto, encontra alguns entraves, que são de várias ordens:

- divulgação e compreensão dessa informação pelas comunidades;
- aplicação dos recursos da merenda pelas secretarias estaduais e municipais de educação seja objeto de um controle social eficiente por parte dos índios e de suas assessorias;
- os produtores indígenas devem organizar-se para ocupar o lugar das grandes empresas;
- capacidade dos fornecedores indígenas para apresentar notas fiscais aos Tribunais de Contas etc. (Fonte: PDPI, 2005)

3.2.5 Plano Distrital de Saúde

Fluxo de organização dos serviços de Sistema de Atenção à Saúde Indígena está organizado na forma de 2 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dsei) e como um subsistema em perfeita articulação com o Sistema Único de Saúde, atendendo as seguintes condições:

- Considerar os próprios conceitos de saúde e doença da população e os aspectos intersetoriais de seus determinantes;
- Ser construído coletivamente a partir de um processo de planejamento participativo;
- Possuir instâncias de controle social formalizados em todos os níveis de gestão.

3.2.5.1 Pólos-Base

Os Pólos-Base estão estruturados como Unidades Básicas de Saúde e contam com atuação de Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena, Cada Pólo-Base cobre um conjunto de aldeias e sua equipe, além de prestar assistência à saúde, realiza a capacitação e supervisão dos AIS

3.2.5.2 Agentes Indígenas de Saúde

Cada distrito está organizando rede de serviços de saúde dentro de seu território, integrada e hierarquizada, com complexidade crescente e articulada com a rede do SUS. A constituição da rede de serviços leva em conta a estrutura de serviços de saúde já existentes nas Terras Indígenas, a qual está sendo adequada e ampliada de acordo com as necessidades de cada local.

Considerando-se que o perfil epidemiológico dos povos indígenas é marcado por altas taxas de incidência e letalidade por doenças respiratórias, diarreicas, imunopreveníveis, malária e tuberculose, a assistência e promoção da saúde nas próprias comunidades, apresentará impacto significativo nas condições de saúde e de qualidade de vida dessa população.

3.2.5.3 Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI

O Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Rio Purus desenvolve ações de atenção básica à saúde dos povos indígenas que abrange quatro municípios no Estado do Acre (Assis Brasil, Manuel Urbano, Sena Madureira, Santa Rosa), dois no Amazonas (Boca do Acre e Pauini) e um em Rondônia (Extrema), com uma população estimada em 7.346 indígenas das etnias Jaminawa, Manchineri, Madija, Kaxinawá, Kaxararí, Jamamadi e Apurinã. .

Dados Indicadores da Situação de Saúde dos Povos Indígenas no DSEI Alto Purús

• Natalidade

Anualmente, o coeficiente de natalidade vem apresentando um incremento populacional indígena, acumulando no decorrer dos últimos anos (2004 a 2006) a um acréscimo de 46,8%, totalizando 315 nascidos vivos no ano de 2006, apresentando predominância para o sexo feminino com 179 nascimentos e 136 masculinos, sendo a etnia Apurinã com maior índice de crescimento populacional, com 78 nascimentos (24,7%), Kaxinawá com 72 nascimentos (22,8%), Jaminawa com 59 nascimentos (18,7%), Kulina com 39 nascimentos (12,3%), Manchineri com 33 nascimentos (10,4%), Jamamadi com 24 nascimentos (7,6%) e Kaxararí com 10 nascimentos (3,1%), sendo os partos realizados parcialmente em 78% pelas parteiras indígenas, seguidos de 21% dos hospitais e 1% pelas EMSI.

3.2.5.4 Casa de atenção a Saúde Indígena - Casai

O objetivo da Casai é oferecer condições de receber, alojar e alimentar pacientes e acompanhantes encaminhados pelos Pólos-Base, prestar assistência de enfermagem 24h por dia, ou internação, providenciar o acompanhamento dos pacientes nessas ocasiões e o seu retorno às comunidades. A Casai deve ainda promover a educação em saúde, produção artesanal, lazer e demais atividades para os acompanhantes e mesmo para os pacientes.

Propostas para melhorias em 2007

- Elaboração de projeto ampliação da rede elétrica melhorando a qualidade na iluminação;
- Elaboração de um projeto de arborização na Casai, estabelecendo parcerias com as organizações indígenas e órgãos como Funtac etc humanizando ainda mais o espaço físico;
- Melhor distribuição do espaço físico de forma que tenha um consultório de enfermagem para atender aos pacientes com mais privacidade, realizar coletas de PCCU e outros atendimentos;
- Contratação de mais assistente social, psicólogo, terapeuta ocupacional e nutricionista;
- Realizar discussões com as referências hospitalares a fim de ajudar na comunicação melhorando a assistência oferecida e diminuindo o tempo de permanência na Casai;
- Conscientização dos Pólos-Base com relação ao encaminhamento de pacientes sem agendamento prévio ou sem a documentação necessária;

- Melhorar a parceria com a Funai, a fim que ela exerça de fato seu papel, desobrigando a Casai disto (Fonte: Ministério da Saúde. Coordenação Regional do Acre – DSEI Alto Rio Purus. Relatório de Gestão 2006, Rio Branco, Janeiro de 2007)

3.2.5.5 Principais Recomendações

“A falta de assistência à saúde dos índios recém contatados, pode contribuir para que desapareçam”

Existem atualmente alguns grupos indígenas isolados, cuja proximidade com as atividades desenvolvimentistas, ou a vizinhança com os “brancos” e alguns grupos assistidos pelo Estado brasileiro sinalizam que, em breve, entrarão em contato com a nossa sociedade. Esta situação parece inevitável para os isolados do rio Envira. A Funasa, responsável governamental pela assistência à saúde indígena, não possui uma política, nem estabeleceu diretrizes para atender aos indígenas que, por desventura, entrem em contato com a nossa sociedade. As conseqüências advindas de uma falta de planejamento e da inexistência de pessoal devidamente treinado para atuarem numa situação em que os indígenas adquiram doenças infecto-contagiosas, remeterá invariavelmente aos tempos apocalípticos, em que se contabilizava uma assustadora mortalidade entre os índios recém contatados.

Os recursos da Funasa são somente para as despesas das atividades, e os recursos para o pagamento de Recursos Humanos vêm diretamente do Ministério da Saúde para os municípios. Essa situação dos recursos para os salários dos trabalhadores da saúde abre o espaço para uma concentração de poder considerável nas mãos do prefeito, que é quem escolhe as pessoas contratadas. Os concursos públicos são raros, os contratos são cargos de confiança do prefeito, condicionados assim a uma qualificação muito precária de pessoal. A municipalização da saúde vem sendo assunto de mobilização dos indígenas, indigenistas e da Sociedade Civil. Um indicador dessa situação de empoderamento do prefeito encontramos no município de Feijó, com uma população de mais de 5000 indígenas, e com um orçamento de R\$ 100 mil/mês (cálculo baseado no número de pessoas indígenas no município). As instalações dos centros de saúde e hospitalares não estão condicionados para um atendimento diferenciado da população indígena (falta de transporte para buscar pessoas doentes nas aldeias, redes, comida adequada, espaço para acomodação dos parentes dos indígenas, atendimento em geral não adequado com longo tempo de demora sem uma priorização dos indígenas que aguardam muitas horas para receber consultas etc). Para um melhor controle e monitoramento das condições dos atendimentos, os Conselhos Local de Saúde Indígena deveriam ser mais participativos nas instancias de planejamento e acompanhamento do plano distrital.

Algumas recomendações colocadas nas entrevistas e identificas em documentações:

- Garantir recursos nos orçamentos dos DSEI para deslocamentos dos conselheiros;
- Cobrar informações proveniente dos órgãos públicos, para subsidiar os trabalhos dos conselheiros locais e distritais;
- Apoio financeiro para os pajés (transporte e plantas medicinais) proveniente do orçamento do DSEI;
- Integrar o pajé, o AIS e a equipe do DSEI e o SUS;
- Integrar o AIS com o pajé;
- Maior participação da mulheres nos encontros;
- Maior participação das mulheres nos Conselhos;
- Incluir o kit completo e transporte para as parteiras no orçamento do DSEI;
- Garantir recursos para realizar cursos de capacitação de mulheres;
- Reconhecimento pelo trabalho das parteiras;
- Promover o intercambio de experiência entre as mulheres e parteiras;
- Apoio aos estudantes indígenas para sua formação superior em administração, gerenciamento e enfermagem;
- Cursos de Direitos Humanos para profissionais que trabalham com a população indígena
- Garantir a participação de representantes indígenas no planejamento da saúde;

- Contratação permanente dos AIS nas equipe de saúde;
- Concurso público específico para AIS e Aisan;
- Reconhecimento das parteiras e pajés nas unidades de saúde municipais e estaduais;
- Descentralização dos recursos diretamente para os distritos;
- Investimentos na formação de AIS.

Observação: Dados dos DSEI Alto Juruá não foram recebidos até a data de encerramento deste relatório.

3.3 Programa Nacional do Patrimônio Imaterial

O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) instituído pelo Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000 viabiliza projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do patrimônio cultural. É um programa de fomento que busca estabelecer parcerias com instituições dos governos federal, estadual e municipal, universidades, organizações não-governamentais, agências de desenvolvimento e organizações privadas ligadas à cultura, à pesquisa e ao financiamento.

3.3.1 Objetivos

- Implementar política de inventário, registro e salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial.
- Contribuir para a preservação da diversidade étnica e cultural do país e para a disseminação de informações sobre o patrimônio cultural brasileiro a todos os segmentos da sociedade.
- Captar recursos e promover a formação de uma rede de parceiros com vistas à preservação, valorização e ampliação dos bens que compõe o patrimônio cultural brasileiro.
- Incentivar e apoiar iniciativas e práticas de preservação desenvolvidas pela sociedade.

3.3.2 Diretrizes da política de fomento do PNPI

- Promover a inclusão social e a melhoria das condições de vida de produtores e detentores do patrimônio cultural imaterial.
- Ampliar a participação dos grupos que produzem, transmitem e atualizam manifestações culturais de natureza imaterial nos projetos de preservação e valorização desse patrimônio.
- Promover a salvaguarda de bens culturais imateriais por meio de apoio às condições materiais que propiciam sua existência, bem como pela ampliação do acesso aos benefícios gerados por essa preservação.
- Implementar mecanismos para proteção de bens culturais imateriais em situação de risco.
- Proteger direitos difusos relativos à preservação e ao uso do patrimônio cultural imaterial.

3.3.3 Linhas de Ação

O PNPI financia, apóia e estimula prioritariamente, projetos inseridos nas seguintes linhas de ação: Pesquisa, documentação e informação; Sustentabilidade, formulação e implementação de planos de salvaguarda de bens culturais; Promoção e divulgação de ações exemplares de identificação, Registro e salvaguarda; Capacitação e Formação e capacitação de agentes para identificação, reconhecimento e apoio à salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.

3.3.4 Outros instrumentos da política de preservação do patrimônio cultural imaterial brasileiro

- Registro de bens culturais de natureza imaterial
- Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC
- Planos de Salvaguarda

(Fonte: Ministério da Cultura, Iphan - Programa Nacional do Patrimônio Imaterial)

3.3.5 Conclusões e Recomendações

Conforme entrevistas realizadas com representantes indígenas, os programas e ações do Minc, em particular do Iphan, são poucos conhecidas pelas comunidades. Existe uma necessidade muito grande em entender os termos, conceitos como Patrimônio Imaterial etc, e os critérios para acessar o programa de apoio. Sugerimos ações de informação mediante a realização de eventos no interior do Estado, com a participação de lideranças e atores comunitários

4. O MOVIMENTO INDÍGENA E A INTERLOCUÇÃO COM O GOVERNO

4.1 Organização Regional

O ano de 2004 ficou marcado pela grave crise da UNI, organização que, em âmbitos regional e nacional, exercera a representação política dos povos indígenas do Acre e sul do Amazonas desde meados dos anos 1980 e, nos últimos anos, implementara um conjunto de ações em parceria com os governos federal e estadual e com a cooperação internacional.

A partir de meados de 2004, quando a coordenação da UNI foi deposta e uma coordenação provisória assumiu um processo de reorganização do movimento indígena, consolidou-se um conjunto articulado de discursos, externado por lideranças. Esses discursos convergem em torno de certos temas e bandeiras de mobilização, dentre as quais: o movimento indígena não poderia ser identificado, ou reduzido, à UNI.

Além da OPIN, há hoje no Acre 35 organizações indígenas formalmente legalizadas: 24 associações, duas cooperativas, quatro organizações regionais, duas de categorias profissionais, duas de mulheres e uma de estudantes. Do total de associações, 19 (ou 79%) representam povos que vivem em Terras Indígenas do Vale do Juruá e as outras cinco, todas criadas nos últimos dois anos, em terras do Vale do Purus. Juntas, representam 11 diferentes povos, que habitam em 22 Tis.

São os representantes das associações que, nos fóruns de debates configurados nos últimos anos, reforçaram o princípio de que o renovado movimento indígena deveria incorporar, refletir e representar as mobilizações e demandas dessas organizações, procurando apoiá-las e potencializá-las, ao invés de centralizá-las em uma representação única que colocasse obstáculos a essa diversidade e se envolvesse diretamente na execução de ações que são atribuição constitucional de órgãos dos governos.

4.2 As associações pioneiras

As primeiras associações indígenas surgiram no Acre a partir de 1988, numa conjuntura em que a Constituição Federal, em seu artigo 232, reconheceu o direito dessas organizações representarem suas comunidades. De outro lado, as agências financiadoras começavam a priorizar a alocação de fundos para projetos diretamente às organizações e comunidades locais. Por meio dessas novas modalidades de representação política, lideranças desses povos lograram, nos anos 1990, negociar diretamente com órgãos governamentais, ONGs, agências humanitárias, instituições de pesquisa e empresas privadas, abrindo alternativas para a continuidade das cooperativas, a capacitação de recursos humanos e a execução de projetos econômicos, de vigilância territorial, educação bilíngüe e fortalecimento cultural. Desde então, têm desenvolvido valiosas experiências econômicas e de gestão territorial, que, em vários momentos, serviram de estímulo à criação de outras associações.

4.3 Organizações nas regiões

Tabela 11: Organizações regionais

Organizações	Sigla	Fundação	Sede
União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas (hoje sem atividade e substituída pela OPIN)	UNI	1986 9	Rio Branco
Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira	OPIRE	1988	Feijó
Movimento dos Povos Indígenas do Vale do Juruá (extinta em 1994)	MPVIJ	1990	Cruzeiro do Sul
Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá e Jordão	Opitarj	1994	Tarauacá
Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá	OPIRJ	1999	Cruzeiro do Sul
Organização dos Povos Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia	OPIN	2005	Tarauacá
Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá	Opitar	2000	Rio Branco

4.4 Novas associações (1998-2005)

Desde 1998, 17 novas associações indígenas foram criadas no Acre. Diferentes processos devem ser levados em consideração e entrelaçados ao analisar os motivos que, nos últimos anos, levaram à criação dessas associações: alguns dizem respeito a mobilizações das próprias lideranças para abrir novas formas de representação política e de acessar recursos disponíveis no "mercado de projetos" (Albert, 1997, 2000); outras surgiram da necessidade crescente de se relacionar com órgãos de governo no âmbito de políticas públicas de diversas escalas. (Fonte: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre – Fase II – Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas - Marcelo Piedrafita Iglesias - Terri Valle de Aquino – 2006.

5. PROGRAMA PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS (PLANO PLURIANUAL, 2008-2011)

5.1 Objetivo

Garantir aos povos Indígenas a manutenção ou recuperação das condições objetivas de reprodução de seus modos de vida e proporcionar-lhes oportunidades de superação das assimetrias observadas em relação à sociedade brasileira em geral

5.2 Justificativa

A garantia dos direitos dos povos indígenas no Brasil constitui um enorme desafio em razão da diversidade cultural, dispersão geográfica e diferenças históricas no contato com a sociedade envolvente. Os indígenas não vivem em isolamento ou em reservas separadas do resto do país, pelo contrário, as frentes de expansão econômica e o adensamento populacional do resto do país, em regiões tidas como remotas vêm provocando uma crescente proximidade e contato entre comunidades não-indígenas e indígenas, sujeitando-as situações de risco à sua integridade. Esse quadro torna o processo de demarcação das terras mais urgente. Os indígenas têm os piores índices sociais considerando os principais indicadores de saúde, de escolarização ou de segurança. O governo federal vem promovendo programas para atender essa parcela da população, mas com resultados ainda pouco destacados.

O grande desafio para o indigenismo é a construção de um modelo de desenvolvimento econômico adequado à realidade indígena, que contemple a necessidade de geração de renda, o aumento do bem-estar, a preservação dos recursos naturais e da diversidade cultural dos Povos.

5.3 Problema

Ameaça permanente às condições de reprodução dos modos de vida dos povos indígenas e obstáculos à participação indígena na diversas esferas da vida nacional.

5.4 Objetivo Setorial

Reorganizar e fortalecer o sistema nacional de política indigenista

5.5 Objetivos de Governo

Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia, e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos.

5.4 Estratégia de Implementação

As providências essenciais para a proteção do patrimônio indígena, seja ele material ou imaterial, consistem em promover a regularização das Tis, ações de vigilância e fiscalização.

O Programa atuará no sentido de articular essas diversas instancias de governo envolvidas na proteção territorial em torno de um Sistema de Proteção das Terras Indígenas, de modo a coibir e desestimular os ilícitos nessas áreas. *(Fonte: Ministério de Justiça; Funai. Plano Plurianual 2008-2011. Brasília 2007)*

Observação: O Programa Proteção e Promoção dos Povos Indígenas 2008-2011, (PLANO PLURIANUAL, 2008-2011) está começando sua implementação. Uma avaliação parcial somente poderá ser feita a partir do primeiro ano de atividades.

6. CONCLUSÃO

No contexto das políticas públicas no Estado do Acre, os programas, projetos e linhas de ações possuem volumes de recursos consideráveis para responder grande parte das demandas dos povos indígenas nesse estado. Embora as intenções manifestadas pelos governos estaduais de turno, de uma forte identificação com as comunidades indígenas, a maioria das políticas públicas direcionadas a essas populações não abrem espaços formais de participação nos diferentes momentos de concepção e discussão dos projetos (elaboração, implementação e avaliação das atividades).

O fato de convidar lideranças dos diferentes setores da sociedade civil para participar nas diferentes instancias governamentais como responsáveis, coordenadores, assessores etc, das ações governamentais, não exonera aos governos locais de uma relação paritária com as organizações não-governamentais, nos diferentes espaços de decisões das políticas públicas, para assim conduzi-las no mais elevado teor de democracia e transparência.

Pelas características do estado, uma região de fronteira, com uma alta concentração de biodiversidade e de sociodiversidade, as autoridades federais, estaduais e municipais deveriam coordenar suas ações entre si de maneira mais eficiente e principalmente estabelecer mecanismo de consultas permanentes com a sociedade civil, em particular com representantes das populações tradicionais e dos povos indígenas. Existe uma necessidade objetiva de que todos os atores trabalhem de forma articulada para conseguir, mediante a utilização de diferentes canais, uma interlocução com os governos e sociedade civil dos países vizinhos no que se refere à defesa dos direitos das populações tradicionais e dos povos indígenas, como na proteção da floresta e o uso sustentável dos recursos naturais da região trans-fronteiriça.

Carlos Macedo
Consultor